

Grau do Risco	Natureza do Risco			TOTAL
	Gestão	Corrupção e Infrações Conexas	Ética	
Muito Baixo				
Baixo	3			3
Médio	10	1	5	16
Elevado	1			1
Muito Elevado				
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>20</b>

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Gestão de Candidaturas	Preparação e submissão de candidaturas	Incumprimento de requisitos e erros/falta de documentos instrutórios à submissão de candidaturas	Gestão	- O DMPEI verifica, através de uma check list todos os documentos instrutórios necessários à submissão das candidaturas.	Média	Média	Médio		
Gestão de Candidaturas	Preparação e submissão de candidaturas	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios o que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Assegurar a subscrição do documento de inexistência de conflitos, quando aplicável e quando o programa assim o exija; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção;	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Atraso no recebimento das verbas financiadas devido ao atraso nos pedidos de desembolso das candidaturas aprovadas	Gestão	- Mensalmente, são solicitados os autos, faturas e comprovativos de pagamento aos serviços que gerem contratos financiados por fundos comunitários.	Média	Média	Médio		
Gestão de candidaturas	Elaboração e Gestão de Candidaturas	Duplo Financiamento das despesas por vários programas de financiamento	Gestão	- Monitorização dos projetos e das despesas elegíveis em cada programa comunitário.	Baixa	Alta	Médio		
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Vício na formação da vontade - Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorrência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação; - Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental; - Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP; - Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano; - Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado; - Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no levantamento nas especificações técnicas adequadas	Gestão	- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo dos procedimentos aquisitivos	Gestão	- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação ; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes. - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos. - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri Intra departamento e não apenas Intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já prevêem que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso." - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficácia do processo de gestão e monitorização dos contratos ( incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Reuniões regulares (periodicidades a definir de acordo com o contrato ) para monitorização da execução das ações previstas no contrato.	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos Departamento de Sistemas de Informação
Proteção de dados	Avaliação de Impacto sobre Proteção de Dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Avaliações de impacto de novas atividades não realizadas e/ou não comunicadas ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Formação contínua no Regime Geral de Proteção de Dados às Unidades Orgânicas; - Reanálise das avaliações de impacto efetuadas atendendo às alterações de contexto e procedimentos; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Registo das avaliações de impacto em plataforma; - Implementação de ações corretivas e envio de orientações; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos pelo incumprimento do exercício dos direitos dos titulares de dados (de incidentes de violação de dados)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação ao Gabinete de Proteção de Dados dos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados	Ética	- Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Elaboração de minutas de consentimento para tratamento da imagem; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Comunicação de incidentes de violação de dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Sensibilização dos serviços para cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados , nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais ; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta; - Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Recolha ilegítima de dados pessoais com ou sem a sua divulgação	Ética	- Encriptação dos dados; - Sensibilização para as medidas de segurança de dados; - Revisitação dos formulários disponibilizados ao município; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Disponibilização da minuta de declaração de consentimento para tratamento de dados pessoais e da minuta de consentimento para o tratamento da imagem; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados nos contratos públicos; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados no processo de recrutamento e nos contratos individuais de trabalho; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Violação do dever de sigilo/privacidade/ danos nos direitos e liberdades das pessoas - Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Infrações Conexas	- Elaboração, aprovação e divulgação interna e externa da Política de Privacidade; - Inclusão na revisão do Código de Conduta e Ética de normas relativas à restrição de acessos à informação, aos procedimentos respeitantes a dados pessoais sensíveis e às medidas de acesso e arquivamento dos processos individuais dos/as trabalhadores/as; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Inclusão de cláusula de privacidade e confidencialidade em todos os contratos celebrados pela autarquia( verificação por auditoria do cumprimento desta regra); - Revisitação aos contratos em subcontratação com reforço de solicitação dos mesmos aos serviços; - Controlo de toda a informação que contém dados pessoais através de uma plataforma que regista o modo como a informação é recolhida e tratada pelos serviços; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		

		Natureza do Risco			
		Gestão	Corrupção e Infrações Conexas	Ética	TOTAL
Grau do Risco	Muito Baixo				
	Baixo	7			7
	Médio	16	2	11	29
	Elevado	1	1	1	3
	Muito Elevado				
TOTAL		24	3	12	39

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Captação de Investimento	Atividades desenvolvidas no âmbito do apoio ao desenvolvimento económico, nomeadamente através da atração de investimento	Existência de conflitos de interesses que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade e a não persecução do interesse público	Ética	Alteração de macroestrutura-nova unidade orgânica - Unidade InvestMatosinhos. Definição de funções e competências. Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação contínua no Regime Geral de Prevenção de Corrupção. Auditorias Internas	Divisão de Atividades Económicas e Investimento/Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Captação de Investimento	Atividades desenvolvidas no âmbito do apoio ao desenvolvimento económico, nomeadamente através da atração de investimento	Violação dos deveres de isenção, imparcialidade e de prossecução do interesse público com a intenção de obter um benefício ilegítimo para o próprio ou para terceiro, ou de causar prejuízo a outra pessoa	Corrupção e Infrações Conexas	Alteração de macroestrutura-nova unidade orgânica - Unidade InvestMatosinhos. Definição de funções e competências. Normalização de processo e procedimentos. Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação contínua no Regime Geral de Prevenção de Corrupção. Auditorias Internas	Divisão de Atividades Económicas e Investimento/Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Mercados Municipais	Gestão e Monitorização das Atividades dos Operadores Económicos	Existência de conflitos de interesses no processo de monitorização das atividades dos operadores económicos que podem comprometer a transparência e imparcialidade e potenciar a discricionariedade e incumprimento das regras de funcionamento dos Mercados Municipais	Ética	- Assegurar a segregação de funções e rotatividade de tarefas; - Existência da função de Encarregado dos Mercados cuja responsabilidade é de supervisionar o bom cumprimento das regras; - Supervisão hierárquica pela unidade orgânica responsável pela gestão dos Mercados Municipais; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Média	Alta	Elevado	- Formação especializada em role playing; - Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Divisão de Atividades Económicas e Investimento/Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Mercados Municipais	Gestão e Monitorização das Atividades dos Operadores Económicos	Violação dos deveres de isenção, imparcialidade e de prossecução do interesse público com a intenção de obter um benefício ilegítimo para o próprio ou para terceiro, ou de causar prejuízo a outra pessoa	Corrupção e Infrações Conexas	- Assegurar a segregação de funções e rotatividade de tarefas; - Existência da função de Encarregado dos Mercados cuja responsabilidade é de supervisionar o bom cumprimento das regras; - Supervisão hierárquica pela unidade orgânica responsável pela gestão dos Mercados Municipais; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Média	Alta	Elevado	- Formação no processo de gestão dos mercados para cumprimento das regras definidas; - Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Divisão de Atividades Económicas e Investimento/Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Mercados Municipais	Gestão da Receita	Incumprimentos no processo de liquidação e cobrança da receita proveniente das rendas dos mercados municipais	Gestão	- O processo de arrecadação de receita é assegurado pela Divisão de Atividades Económicas e Investimento ; - Monitorização diária da arrecadação de receita proveniente da receita dos mercados; - Gestão da Dívida	Média	Média	Médio	- Reorganização dos serviços ao nível das competências da gestão da receita.	Administração
Controlo Metroológico	Verificação e Controlo Metroológico	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios o que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Entrega de declaração de inexistência de conflito de interesses, quando aplicável; - Desmaterialização dos processos; - Rotatividade de tarefas; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Controlo Metroológico	Verificação e Controlo Metroológico	Violação dos deveres de isenção, imparcialidade e de prossecução do interesse público com a intenção de obter um benefício ilegítimo para o próprio ou para terceiro, ou de causar prejuízo a outra pessoa	Corrupção e Infrações Conexas	- Segregação de funções e rotatividade de tarefas ; - Desmaterialização dos processos - registo de toda a atividade em aplicação informática ; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Registo do pedido em controlo no programa informático de gestão dos pedidos por colaborador diferente do que executa o serviço metroológico; - Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Divisão de Atividades Económicas e Investimento/Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Controlo Metroológico	Gestão da Receita	Falhas no processo de arrecadação da receita proveniente do serviço de metrologia- A Divisão de Atividades Económicas e Investimento executa o processo suportado em dados de duas plataformas sem interligação entre elas - risco de extravio dos registos, de erros e omissões, duplicação de tarefas e falta de rastreabilidade	Gestão	- O processo de arrecadação de receita é assegurado pela Divisão de Atividades Económicas e Investimento ; - Monitorização diária da arrecadação de receita proveniente da receita - Controlo manual da dívida	Média	Média	Médio	- Disponibilização de dispositivos móveis aos metrologos que possibilitem o registo das intervenções do Serviço de Metrologia na aplicação informática.	Divisão de Atividades Económicas e Investimento/Departamento de Sistemas de Informação
Controlo Metroológico	Gestão da Receita	Falhas no processo de arrecadação da receita proveniente do serviço de metrologia- A Divisão de Atividades Económicas e Investimento executa o processo suportado em dados de duas plataformas sem interligação entre elas- risco de inconformidade legal no processo de emissão de faturas	Gestão	- O processo de arrecadação de receita é assegurado pela Divisão de Atividades Económicas e Investimento ; - Monitorização diária da arrecadação de receita proveniente da receita; - Controlo manual da dívida.	Média	Média	Médio	- Entrada em funcionamento do conector da aplicação informática que gere o serviço de metrologia com as aplicações informáticas financeiras de forma a automatizar a emissão das faturas a partir de uma plataforma para a outra.	Divisão de Atividades Económicas e Investimento/Departamento de Sistemas de Informação
Controlo Metroológico	Gestão da Receita	Falhas no processo de arrecadação da receita proveniente do serviço de metrologia- A Divisão de Atividades Económicas e Investimento executa o processo suportado em dados de duas plataformas sem interligação entre elas - falha na gestão da dívida e tratamento diferenciado dos clientes	Gestão	- O processo de arrecadação de receita é assegurado pela Divisão de Atividades Económicas e Investimento ; - Monitorização diária da arrecadação de receita proveniente da receita; - Controlo manual da dívida.	Média	Média	Médio	- Registo obrigatório da "data de vencimento" dos DRI's nas aplicações informáticas de gestão financeira.	Divisão de Atividades Económicas e Investimento/Departamento de Sistemas de Informação

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Atividades Turísticas	Gestão do Material Promocional	Apropriação indevida de bens públicos utilizando a posição de acesso privilegiado no exercício das funções públicas - extravio de material/equipamento	Ética	- Criação de procedimento de gestão de equipamento; - Criação de um auto de empréstimo de material; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Utilização de plataforma digital para gestão de equipamentos utilizados em eventos e feiras (SIG).	Divisão de Turismo/ Gabinete de Informação Estratégica
Atividades Turísticas	Gestão de Receita no âmbito da realização de vendas de produtos turísticos (Loja LIT)	Discrepância entre o volume de faturação e os registos no software de gestão de stocks - diferença de inventário	Gestão	- Inventário e reconciliação entre a faturação e as vendas registadas no software	Média	Média	Médio		
Atividades Turísticas	Gestão de Receita no âmbito da realização de vendas de produtos turísticos (Loja LIT)	Apropriação indevida de verbas/receitas municipais e/ou bens públicos utilizando a posição de acesso privilegiado no exercício das funções públicas - material das vendas	Ética	- Realização de inventário; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Atividades Turísticas	Gestão de Receita no âmbito da realização de vendas de produtos turísticos (Loja LIT)	Apropriação indevida de verbas/receitas municipais e/ou bens públicos utilizando a posição de acesso privilegiado no exercício das funções públicas - extravio de numerário na abertura da selfbanking	Ética	- A abertura da selfbanking é feita com a LIT encerrada ao público e sempre com a presença de 2 pessoas; - A selfbanking regista todos os movimentos por utilizador que são posteriormente reconciliados com os talões entregues ao tesouraria para recebimento das guias de receita; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Licenciamento	Instrução e tramitação do Processo de Licenciamento	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios o que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Regulamentos Municipais que definem as regras de licenciamento; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Vício na formação da vontade - Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorrência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação; - Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental; - Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP; - Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano; - Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado; - Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no levantamento nas especificações técnicas adequadas	Gestão	- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo dos procedimentos aquisitivos	Gestão	- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes. - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública; - Inclusão da regra de rotatividade do júri na Norma de Controlo Interno do Município; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri Intra departamento e não apenas Intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já prevêem que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso." - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficácia do processo de gestão e monitorização dos contratos ( incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Ordem de Serviço que define as funções dos gestores de contrato	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos Departamento de Sistemas de Informação
Atribuição de Subsídios	Elaboração de propostas de atribuição de apoios	Existência de conflitos de interesses nos processos de escolha das entidades que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade e a não persecução do interesse público	Ética	- Entrega de declaração de inexistência de conflito de interesses, no âmbito da instrução dos processos de atribuição de subsídios; - Cumprimento das regras regulamentares de atribuição de subsídios; - Análise do histórico da entidade beneficiária; - Segregação de funções; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Incumprimento dos protocolos celebrados no âmbito de atribuição dos apoios - utilização de verbas para fins distintos para os foram atribuídos	Gestão	- Assinatura de Protocolo que compromete as partes e determina a restituição da verba caso não seja cumprido o seu objeto ou não seja gasto na totalidade; - Verificação de comprovativos de realização de despesa previamente ou após à transferência das verbas de acordo com o Protocolo; - Verificação dos Planos e dos Relatório de Atividades; - Sensibilização das instituições quanto à responsabilidade financeira; - Articulação com os Serviços de Auditoria sempre que implique uma análise económico-financeira.	Baixa	Média	Baixo	- Inclusão de declaração da entrega efetiva dos subsídios em espécie pela instituição beneficiária; - Formação aos gestores de contrato e na área fiscal para melhorar o processo de conferência de faturas.	Todas as UO que atribuem subsídios
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Incumprimento dos protocolos celebrados no âmbito de atribuição dos apoios - apresentação de comprovativos não elegíveis ou não apresentação dos mesmos	Gestão	- Cláusulas de restituição das verbas previstas no protocolo; - Definição de procedimentos internos de controlo de prazos de apresentação dos comprovativos; - Técnico Gestor verifica a entrega dos comprovativos nos prazos estabelecidos, solicitando-os no caso de incumprimento; - Sensibilização dos parceiros quanto à responsabilidade financeira.	Baixa	Média	Baixo		
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Deficiente verificação dos comprovativos de despesa e dos prazos estabelecidos para a sua apresentação	Gestão	- Conferência das faturas emitidas; - Definição de procedimentos internos de controlo de prazos de apresentação dos comprovativos; - Técnico Gestor verifica a entrega dos comprovativos nos prazos estabelecidos, solicitando-os no caso de incumprimento; - Sensibilização dos parceiros quanto à responsabilidade financeira; - Realização de auditorias internas.	Baixa	Média	Baixo		
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Não regularização de situações de incumprimento	Gestão	- Cumprimento dos procedimentos adequados a cada situação, como nova deliberação de reunião de Câmara para acerto de contas ou restituição de verbas.	Baixa	Média	Baixo	- Mapa de gestão de subsídios entregues com indicação dos valores atribuídos, datas de apresentação e gestor afeto.	Todas as UO que atribuem subsídios
Gestão de Candidaturas	Preparação e submissão de candidaturas	Incumprimento de requisitos e erros/falta de documentos instrutórios à submissão de candidaturas	Gestão	- O DMPEI verifica, através de uma check list todos os documentos instrutórios necessários à submissão das candidaturas.	Média	Média	Médio		
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Existência de conflitos de interesses que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Assegurar a subscrição do documento de inexistência de conflitos, quando aplicável; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Perda financeira para a autarquia devido ao incumprimento das taxas de execução física e financeira	Gestão	- Monitorização da execução física pelos serviços intervenientes, financeira e temporal da candidatura e caso aconteçam derrapagens são realizados ajustes à candidatura através de alterações ao projeto (prorrogação prazo, novas ações...); - Fundamentação para as incoerências detetadas entre o projeto submetido e a execução física efetiva; - Realização de auditorias por amostragem; - Ações decorrentes do papel afeto ao gestor de contrato e fiscal de obra.	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Perda financeira para a autarquia devido aos atrasos nos procedimentos administrativos referentes aos processos aquisitivos	Gestão	- Pedidos de prorrogação de prazos para a execução da candidatura devidamente fundamentados com as identificação detalhada das causas do atraso, que fundamentalmente são não imputáveis ao município; - Monitorização pelo DMPEI dos prazos de apresentação da execução da candidatura.	Baixa	Alta	Médio	- Revisão do processo aquisitivo pelo modelo Kaizen.	Departamento Financeiro
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Atraso no recebimento das verbas financiadas devido ao atraso nos pedidos de desembolso das candidaturas aprovadas	Gestão	- Mensalmente, são solicitados os autos, faturas e comprovativos de pagamento aos serviços que gerem contratos financiados por fundos comunitários.	Média	Média	Médio		
Proteção de dados	Avaliação de Impacto sobre Proteção de Dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Avaliações de impacto de novas atividades não realizadas e/ou não comunicadas ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Formação contínua no Regime Geral de Proteção de Dados às Unidades Orgânicas; - Reanálise das avaliações de impacto efetuadas atendendo às alterações de contexto e procedimentos; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Registo das avaliações de impacto em plataforma; - Implementação de ações corretivas e envio de orientações; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos pelo incumprimento do exercício dos direitos dos titulares de dados (de incidentes de violação de dados)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação ao Gabinete de Proteção de Dados dos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados	Ética	- Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Elaboração de minutas de consentimento para tratamento da imagem; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Comunicação de incidentes de violação de dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Sensibilização dos serviços para cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados , nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais ; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta; - Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes.	Baixa	Alta	Médio		

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Recolha ilegítima de dados pessoais com ou sem a sua divulgação	Ética	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Encriptação dos dados;</li> <li>- Sensibilização para as medidas de segurança de dados;</li> <li>- Revisitação dos formulários disponibilizados ao município;</li> <li>- Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Disponibilização da minuta de declaração de consentimento para tratamento de dados pessoais e da minuta de consentimento para o tratamento da imagem;</li> <li>- Inclusão de cláusulas de proteção de dados nos contratos públicos;</li> <li>- Inclusão de cláusulas de proteção de dados no processo de recrutamento e nos contratos individuais de trabalho;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: <ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de formação no RGPC;</li> <li>Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;</li> <li>Código de Ética e Conduta.</li> </ul> </li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Violação do dever de sigilo/privacidade/ danos nos direitos e liberdades das pessoas - Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e infrações Conexas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração, aprovação e divulgação interna e externa da Política de Privacidade;</li> <li>- Inclusão na revisão do Código de Conduta e Ética de normas relativas à restrição de acessos à informação, aos procedimentos respeitantes a dados pessoais sensíveis e às medidas de acesso e arquivamento dos processos individuais dos/as trabalhadores/as;</li> <li>- Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados;</li> <li>- Inclusão de cláusula de privacidade e confidencialidade em todos os contratos celebrados pela autarquia( verificação por auditoria do cumprimento desta regra); - Revisitação aos contratos em subcontratação com reforço de solicitação dos mesmos aos serviços;</li> <li>- Controlo de toda a informação que contém dados pessoais através de uma plataforma que regista o modo como a informação é recolhida e tratada pelos serviços;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: <ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de formação no RGPC;</li> <li>Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;</li> <li>Código de Ética e Conduta.</li> </ul> </li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		

Grau do Risco	Natureza do Risco			
	Gestão	Corrupção e Infrações Conexas	Ética	TOTAL
Muito Baixo	1			1
Baixo	8			8
Médio	17	2	7	26
Elevado	1			1
Muito Elevado				
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>36</b>

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Salvaguarda de informação	Gestão da segurança de sistemas e servidores	Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta; - Assegurar a correta atribuição e restrição de acessos à informação.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Salvaguarda de informação	Gestão da segurança de sistemas e servidores	Risco de perda de informação por incumprimento do plano de backups	Gestão	- Existência de um mecanismo automático de alerta na eventualidade de uma das tarefas de agendamento de backup falhar.	Baixa	Alta	Médio	- Implementação do Referencial Normativo ISO 27001:2022 - com obrigatoriedade de abrir um ticket com registo da falha do planeamento do backup e identificar ações corretivas.	Departamento de Sistemas de Informação
Salvaguarda de informação	Gestão da segurança de sistemas e servidores	Risco de perda de dados por catástrofes naturais	Gestão	- Assinatura de um protocolo de cooperação para implementação de uma solução Datacenter redundante e de backup entre a autarquia de Matosinhos e outra autarquia (Vila Franca de Xira).	Baixa	Alta	Médio	- Testes para verificação dos backups.	Departamento de Sistemas de Informação
Salvaguarda de informação	Gestão da segurança de sistemas e servidores	Ciberataques intencionais	Gestão	- Plataforma Darktrace e SIEM- Análise, deteção, registo e alerta de intrusão nos sistemas internos; - Implementação de sistema de segurança de rede (24h*7 dias); - Política de controlo de acessos.	Baixa	Alta	Médio	- Renovação de Suporte e Manutenção da Plataforma SIEM e Darktrace	Departamento de Sistemas de Informação
Salvaguarda de informação	Gestão da segurança de sistemas e servidores	Indisponibilidade de servidores e recursos	Gestão	- Implementação de mecanismos de redundância nos serviços críticos.	Baixa	Média	Baixo	- Backup Vila Franca Xira + Aquisição futura de equipamento com maiores recursos memória e CPU.	Departamento de Sistemas de Informação
Suporte Informático	Gestão da segurança de sistemas e servidores	Atribuição indevida de permissões	Ética	- Registo de atribuição permissões via Helpdesk; - Auditorias do Encarregado de Proteção de Dados; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Controlo permissões através pedidos registados na plataforma EasyVista; - Formação no Regime Geral de Prevenção da Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Departamento Jurídico/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência/DPO
Suporte Informático	Gestão da segurança de sistemas e servidores	Risco de uso indevido de permissões de acesso aos servidores	Ética	- Política de Controlo de Acessos; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Implementação do Referencial Normativo ISO 27001:2022. - Formação no Regime Geral de Prevenção da Corrupção.	Departamento de Sistemas de Informação
Salvaguarda de informação	Gestão de infra estruturas e sistemas	Acesso indevido a locais críticos (Datacenter)	Gestão	- Datacenter certificado, com vigilância CCTV e sistema de controlo de acessos biométrico.	Baixa	Média	Baixo		
Suporte Informático	Gestão de infra estruturas e sistemas	Ausência de monitorização das disrupções dos servidores e redes	Gestão	- Colocação de ecrãs informativos na sala das equipas técnicas com dashboards atualizados em tempo real; - Plataforma de monitorização alarmística.	Baixa	Média	Baixo	- Colocação de ecrãs e plataformas Nagios e Zabbix.	Departamento de Sistemas de Informação
Suporte Informático	Gestão de software	Eliminação indevida de dados ou privação de acesso ao mesmo	Gestão	- Solicitar ao Helpdesk a recuperação da informação através do sistema de backups (Incluindo histórico).	Baixa	Alta	Médio	- Implementação do SharePoint.	Departamento de Sistemas de Informação
Suporte Informático	Gestão de software	Falha na proteção nos dados pessoais	Gestão	- Atualização das bases de dados para as versões em conformidade com as normas do RGPD	Baixa	Média	Baixo	- Atualização para as versões mais recentes das plataformas para que estejam em conformidade com o Regime Geral de Proteção de Dados.	Departamento de Sistemas de Informação
Suporte Informático	Gestão da comunicação	Indisponibilidade da rede de comunicações	Gestão	- Redundância geográfica das ligações externas de comunicações.	Baixa	Média	Baixo	- Aquisição firewall secundária fora instalações CMM + Linha comunicação adicional.	Departamento de Sistemas de Informação

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Suporte Informático	Gestão da integração aplicacional	Ausência de interoperabilidade aplicacional	Gestão	- Criação de mecanismos de interoperabilidade das novas plataformas adquiridas.	Média	Média	Médio	- Processos aquisição com critérios específicos que garantam a interoperabilidade.	Departamento de Sistemas de Informação
Suporte Informático	Gestão de hardware e consumíveis	Risco de não controlar a receção do material / verificação	Gestão	- Cumprimento da norma de controlo interno.	Baixa	Baixa	Muito Baixo	- Registo material plataforma EasyVista	Departamento de Sistemas de Informação
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Vício na formação da vontade - Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação; - Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental; - Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP; - Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano; - Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada; - Subscrição de declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado; - Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no levantamento nas especificações técnicas adequadas	Gestão	- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo dos procedimentos aquisitivos	Gestão	- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação ; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Sobreposição de responsabilidades contratuais com o mesmo fornecedor ou fornecedores distintos, pelo desconhecimento dos contratos pelas diversas Unidades Orgânicas contratantes	Gestão		Média	Média	Médio	- Criação de um cadastro centralizado para consulta e acompanhamento dos contratos vigentes - utilização da datalink para gestão de todos os contratos da autarquia	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes. - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública; 1.ª Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.ª A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos. - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri Intra departamento e não apenas Intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já prevêm que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso." - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controles Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da rotatividade na Contratação Pública; 1.ª Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.ª Participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficácia do processo de gestão e monitorização dos contratos (incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Ordem de Serviço que define as funções dos gestores de contrato	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos Departamento de Sistemas de Informação
Gestão de Candidaturas	Preparação e submissão de candidaturas	Incumprimento de requisitos e erros/falta de documentos instrutórios à submissão de candidaturas	Gestão	- O DMPEI verifica, através de uma check list todos os documentos instrutórios necessários à submissão das candidaturas.	Média	Média	Médio		
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Existência de conflitos de interesses que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Assegurar a subscrição do documento de inexistência de conflitos, quando aplicável; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Perda financeira para a autarquia devido ao incumprimento das taxas de execução física e financeira	Gestão	- Monitorização da execução física pelos serviços intervenientes, financeira e temporal da candidatura e caso aconteçam derrapagens são realizados ajustes à candidatura através de alterações ao projeto (prorrogação prazo, novas ações...); - Fundamentação para as incoerências detetadas entre o projeto submetido e a execução física efetiva; - Realização de auditorias por amostragem; - Ações decorrentes do papel afeto ao gestor de contrato e fiscal de obra.	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Perda financeira para a autarquia devido aos atrasos nos procedimentos administrativos referentes aos processos aquisitivos	Gestão	- Pedidos de prorrogação de prazos para a execução da candidatura devidamente fundamentados com as identificação detalhada das causas do atraso, que fundamentalmente são não imputáveis ao município; - Monitorização pelo DMPEI nos prazos de apresentação da execução da candidatura.	Baixa	Alta	Médio	- Revisão do processo aquisitivo pelo modelo Kaizen	Departamento Financeiro
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Atraso no recebimento das verbas financiadas devido ao atraso nos pedidos de desembolso das candidaturas aprovadas	Gestão	- Mensalmente, são solicitados os autos, faturas e comprovativos de pagamento aos serviços que gerem contratos financiados por fundos comunitários.	Média	Média	Médio		
Proteção de dados	Avaliação de impacto sobre Proteção de Dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Avaliações de impacto de novas atividades não realizadas e/ou não comunicadas ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Formação contínua no Regime Geral de Proteção de Dados às Unidades Orgânicas; - Reanálise das avaliações de impacto efetuadas atendendo às alterações de contexto e procedimentos; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Registo das avaliações de impacto em plataforma; - Implementação de ações corretivas e envio de orientações; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos pelo incumprimento do exercício dos direitos titulares de dados (de incidentes de violação de dados)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação ao Gabinete de Proteção de Dados dos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados	Ética	- Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Elaboração de minutas de consentimento para tratamento da imagem; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos de incidentes de violação de dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Sensibilização dos serviços para cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados, nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta; - Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Recolha ilegítima de dados pessoais com ou sem a sua divulgação	Ética	- Encriptação dos dados; - Sensibilização para as medidas de segurança de dados; - Revisitação dos formulários disponibilizados ao município; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Disponibilização da minuta de declaração de consentimento para tratamento de dados pessoais e da minuta de consentimento para o tratamento da imagem; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados nos contratos públicos; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados no processo de recrutamento e nos contratos individuais de trabalho; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Violação do dever de sigilo/privacidade/ danos nos direitos e liberdades das pessoas - Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Elaboração, aprovação e divulgação interna e externa da Política de Privacidade; - Inclusão na revisão do Código de Conduta e Ética de normas relativas à restrição de acesso à informação, aos procedimentos respeitantes a dados pessoais sensíveis e às medidas de acesso e arquivamento dos processos individuais dos/as trabalhadores/as; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Inclusão de cláusula de privacidade e confidencialidade em todos os contratos celebrados pela autarquia/verificação por auditoria do cumprimento desta regra); - Revisitação aos contratos em subcontratação com reforço de solicitação dos mesmos aos serviços; - Controlo de toda a informação que contém dados pessoais através de uma plataforma que regista o modo como a informação é recolhida e tratada pelos serviços; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		

Grau do Risco	Natureza do Risco			
	Gestão	Corrupções e Infrações Conexas	Ética	TOTAL
Muito Baixo	3			3
Baixo	9			9
Médio	10	6	21	37
Elevado	1			1
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>6</b>	<b>21</b>	<b>50</b>

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contraordenações	Atendimento dos municípios/executorados/interessados e prestação de informação devida no âmbito dos processos tramitados no serviço, nomeadamente no caso de reclamação ou requerimento	Violação dos deveres de isenção, transparência e imparcialidade na análise e decisão dos processos	Ética	- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta. - Cumprimento do dever de sigilo e do segredo de justiça.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contraordenações	Tramitação com vista à extinção dos processos nas suas diversas modalidades: pagamento, declaração em falhas, anulação do débito e outros	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios o que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Controlo aleatório dos processos - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta. - Pedido de escusa em caso de conflito de interesses.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contraordenações	Citações pessoais e penhoras	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios o que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- As citações são na sua maioria por via postal e as notificações pessoais são feitas por entidade policial; - Controlo da prescrição através da extração de mapas que contêm os prazos de prescrição; - Solicitação de escusa no caso de conflito de interesses - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta. - Pedido de escusa em caso de conflito de interesses.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contraordenações	Organizar os processos para remessa ao Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto (impugnações/oposições)	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios o que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Rotatividade de funções e trabalhadores; - Cumprimento do dever de sigilo e do segredo de justiça. - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta. - Pedido de escusa em caso de conflito de interesses.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contraordenações	Penhora de bens	Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta. - Controlo aleatório dos processos.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contraordenações	Tramitação com vista à extinção dos processos nas suas diversas modalidades: pagamento, declaração em falhas, anulação do débito e outros	Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta. - Controlo aleatório dos processos.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contraordenações	Proceder organização do processo	Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Rotatividade de funções e trabalhadores; - Arquivo fechado e de acesso condicionado - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta; - Cumprimento do dever de sigilo e do segredo de justiça.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contraordenações	Instrução e tramitação dos processos de contraordenação	Incumprimento de prazos e prescrição	Gestão	- Gestão e controlo dos prazos prescrição através da plataforma GIC dos processos nela registados; - Controlo manual dos prazos na capa dos processos em papel ainda remanescentes com indicação da data simples de prescrição e base de dados access; - Verificação e ordenação dos processos por ordem de prescrição e priorizar os que se aproxima da data limite.	Média	Média	Médio	- Plataforma informática GIC com alertas relativos aos prazos de prescrição; - Reforço de recursos humanos com conhecimentos adequados.	Divisão de Execuções Fiscais e Contraordenações/Departamento de Sistemas de Informação
Contraordenações	Proposta de decisão	Prescrição por falta de decisão	Gestão	- Mapa de decisões (paper), envio das decisões via GIC para despacho com o decisor (necessidade de parametrizações/atualização de minutos). Solicitado em SR à informática para envio à empresa fornecedora/gestora do Software	Baixa	Média	Baixo	- Reforço de recursos humanos com conhecimentos adequados.	Departamento de Recursos Humanos/Departamento Jurídico
Contraordenações	Remessa de processos CO para tribunal em caso de impugnação ou para execução	Atraso na remessa a tribunal	Gestão	- Verificação dos processos por vários intervenientes.	Baixa	Baixa	Muito Baixo		
Contraordenações	Inquirição de Testemunhas	Não serem controvertidos aspetos essenciais na fundamentação necessários à proposta de decisão	Gestão	- Verificação dos processos por vários intervenientes.	Baixa	Baixa	Muito Baixo		
Contraordenações	Pedido de esclarecimentos e colaboração a entidades	Não serem controvertidos aspetos essenciais na fundamentação necessários à proposta de decisão por não serem fornecidos elementos pelas entidades	Gestão	- Pedidos formais via e-mail ou ofício às entidades.	Baixa	Média	Baixo		
Contraordenações	Análise de defesas escritas e documentos	Não serem controvertidos aspetos essenciais na fundamentação necessários à proposta de decisão	Gestão	- Verificação dos processos por vários intervenientes.	Baixa	Média	Baixo		
Contraordenações	Pedido de esclarecimentos e colaboração a entidades	Prescrição dos processos ao não ser fornecida atempadamente informação para a instrução	Gestão	- Diálogo com as entidades no sentido da boa colaboração prevista na lei.	Baixa	Média	Baixo		
Contraordenações	Análise de autos de notificação, verificação da conformidade legal de ofícios e notificações para os arguidos e entidades	Receção de autos de notificação ou participações com nulidades ou irregularidades que comprometem a normal tramitação dos processos	Gestão	- Verificação dos processos; - Formação aos colaboradores/as.	Baixa	Média	Baixo		
Contraordenações	Inquirição de Testemunhas	Risco de nulidades processuais	Gestão	- Verificação dos processos; - Fundamentação da não audição.	Baixa	Baixa	Muito Baixo		

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controles Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Jurídico	Emitir pareceres jurídicos sobre reclamações e recursos administrativos, bem como sobre petições ou exposições sobre atos ou omissões dos órgãos municipais ou sobre procedimentos dos serviços	Violação dos deveres de isenção, transparência e imparcialidade na análise e decisão dos processos	Ética	- Rotatividade de tarefas ; intervenção hierárquica verificativa	Baixa	Alta	Médio		
Jurídico	Emitir pareceres jurídicos sobre reclamações e recursos administrativos, bem como sobre petições ou exposições sobre atos ou omissões dos órgãos municipais ou sobre procedimentos dos serviços	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios o que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potencial a discricionariedade	Ética	- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta. - Apresentação de escusa ou suspeição nos termos previstos no CPA.	Baixa	Alta	Médio		
Jurídico	Instrução de processos de meras averiguações, de inquérito, sindicância ou disciplinares determinados superiormente	Violação dos princípios da legalidade, justiça, isenção, imparcialidade, competência, responsabilidade, transparência e boa fé	Ética	- Apresentação de escusa ou suspeição nos termos previstos no CPA; Elaboração de mapas de pendência dos processos; Rotatividade na nomeação dos instrutores dos processos disciplinares, com dupla validação. Proposta do dirigente com aprovação do vereador responsável pelo pleuro dos RH	Baixa	Alta	Médio		
Jurídico	Instrução de processos de meras averiguações, de inquérito, sindicância ou disciplinares determinados superiormente	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios o que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potencial a discricionariedade	Ética	- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta. - Apresentação de escusa ou suspeição nos termos previstos no CPA.	Baixa	Alta	Médio		
Jurídico	Instrução de processos de meras averiguações, de inquérito, sindicância ou disciplinares determinados superiormente	Violação do dever de Sigilo	Ética	- Tramitação dos processos disciplinares em papel, sob a alçada do/a instrutor/a até à sua conclusão, com exclusivo acesso ao/a instrutor/a e eventualmente ao/a trabalhador/a nos termos previstos na lei; Responsabilidade pela decisão final do processo disciplinar do órgão executivo e o nome do/a trabalhador/a é retirado da agenda de reunião de câmara; - Em sede de deliberação, o voto é secreto	Baixa	Alta	Médio		
Jurídico	Instrução de processos de meras averiguações, de inquérito, sindicância ou disciplinares determinados superiormente	Violação do Regime de Proteção de Dados	Ética	- Destruição manual dos documentos que contenham dados sensíveis	Baixa	Alta	Médio		
Regulamentos	Colaborar na elaboração de posturas e regulamentos municipais e providenciar o desenvolvimento de uma base de dados atualizada de regulamentos internos, normas e demais legislação em vigor aplicável à Autarquia	Existência de regulamentos em vigor e publicados sem o cumprimento dos preceitos legais, devido à descentralização da elaboração dos regulamentos	Gestão	- Verificação de todos os regulamentos com eficácia externa publicados no site do município	Média	Média	Médio		
Regulamentos	Colaborar na elaboração de posturas e regulamentos municipais e providenciar o desenvolvimento de uma base de dados atualizada de regulamentos internos, normas e demais legislação em vigor aplicável à Autarquia	Utilização de regulamentos desatualizados	Gestão	- Verificação de todos os regulamentos com eficácia externa publicados no site do município	Baixa	Média	Baixo		
Jurídico	Patrocínio judiciário nas ações propostas pela Câmara Municipal ou contra ela, bem como nos recursos interpostos contra os atos dos órgãos do Município, garantindo o apoio necessário quando o patrocínio for assegurado por mandatário externo	Inobservância de prazos judiciais	Gestão	- O cumprimento dos prazos judiciais são assegurados pelos mandatários internos e externos, sendo que é feito um report ao supervisor; - Mapa dos processos judiciais em curso com a indicação dos principais elementos com atualização permanente pelos dirigentes para que seja assegurada a sua atualização e rigor do conteúdo da informação; - Submissão da informação atualizada sobre o estado dos processos à Assembleia Municipal	Baixa	Alta	Médio		
Jurídico	Defesa dos titulares dos órgãos municipais ou dos colaboradores quando sejam demandados em juízo por causa do exercício das suas funções	Violação dos deveres de isenção, transparência e imparcialidade na análise e decisão dos processos	Ética	- Comunicação / Divulgação do Código de Ética e Conduta; Intervenção hierárquica verificativa	Baixa	Alta	Médio		
Jurídico	Defesa dos titulares dos órgãos municipais ou dos colaboradores quando sejam demandados em juízo por causa do exercício das suas funções	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios o que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potencial a discricionariedade	Ética	- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta. - Apresentação de escusa ou suspeição nos termos previstos no CPA.	Baixa	Alta	Médio		
Jurídico	Apoio jurídico às restantes unidades orgânicas do Município e Administração	Violação dos deveres de isenção, transparência e imparcialidade na análise e decisão dos processos	Ética	- Regras de distribuição dos processos que acatelem a rotatividade dos técnicos; - Exigência de que a apreciação do assunto por vários intervenientes seguindo a linha hierárquica de validação; - Rotação de tarefas; Comunicação / Divulgação do Código de Ética e Conduta	Baixa	Alta	Médio		
Jurídico	Apoio jurídico às restantes unidades orgânicas do Município e Administração	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios o que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potencial a discricionariedade	Ética	- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta. - Apresentação de escusa ou suspeição nos termos previstos no CPA.	Baixa	Alta	Médio		
Jurídico	Instrução de procedimentos conducentes à tomada de medidas de tutela da reposição da legalidade urbanística decorrentes do incumprimento de embargos, de trabalhos de correção ou alteração, demolição da obra e reposição do terreno ou de cessação da utilização, com vista à posse administrativa em processos provenientes da Divisão de Gestão Urbanística e, ainda, instaurar os processos-crime e as ações cíveis que se mostrem necessárias ao cumprimento do ordenamento jurídico em vigor e à defesa dos interesses e direitos do município	Violação dos deveres de isenção, transparência e imparcialidade na análise e decisão dos processos	Ética	- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; - Intervenção hierárquica verificativa	Baixa	Alta	Médio		
Jurídico	Instrução de procedimentos conducentes à tomada de medidas de tutela da reposição da legalidade urbanística decorrentes do incumprimento de embargos, de trabalhos de correção ou alteração, demolição da obra e reposição do terreno ou de cessação da utilização, com vista à posse administrativa em processos provenientes da Divisão de Gestão Urbanística e, ainda, instaurar os processos-crime e as ações cíveis que se mostrem necessárias ao cumprimento do ordenamento jurídico em vigor e à defesa dos interesses e direitos do município	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios o que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potencial a discricionariedade	Ética	- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta. - Apresentação de escusa ou suspeição nos termos previstos no CPA.	Baixa	Alta	Médio		
Jurídico	Instrução de procedimentos conducentes à tomada de medidas de tutela da reposição da legalidade urbanística decorrentes do incumprimento de embargos, de trabalhos de correção ou alteração, demolição da obra e reposição do terreno ou de cessação da utilização, com vista à posse administrativa em processos provenientes da Divisão de Gestão Urbanística e, ainda, instaurar os processos-crime e as ações cíveis que se mostrem necessárias ao cumprimento do ordenamento jurídico em vigor e à defesa dos interesses e direitos do município	Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;	Baixa	Alta	Médio		
Jurídico	Análise e proposta de minutas de contratos, protocolos e demais instrumentos jurídicos por solicitação das unidades orgânicas	Violação dos deveres de isenção, transparência e imparcialidade na análise e decisão dos processos	Ética	- Apresentação de escusa ou suspeição nos termos previstos no CPA; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;	Baixa	Alta	Médio		
Jurídico	Análise e proposta de minutas de contratos, protocolos e demais instrumentos jurídicos por solicitação das unidades orgânicas	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios o que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potencial a discricionariedade	Ética	- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta. - Apresentação de escusa ou suspeição nos termos previstos no CPA.	Baixa	Alta	Médio		

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controles Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planejamento	Vício na formação da vontade - Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorrência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação; - Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental; - Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP; - Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano; - Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado. - Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.	Todas as UO que intervêm nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planejamento	Falha no levantamento nas especificações técnicas adequadas	Gestão	- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planejamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo do procedimento aquisitivos	Gestão	- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.	Todas as UO que intervêm nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível e mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos;	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes. - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível e mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos;	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri intra departamento e não apenas intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervêm nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já prevêem que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromissos." - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Todas as UO que intervêm nos processos aquisitivos
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficácia do processo de gestão e monitorização dos contratos ( incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Reuniões regulares (periodicidade a definir de acordo com o contrato ) para monitorização da execução das ações previstas no contrato.	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos Departamento de Sistemas de Informação

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controles Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Proteção de dados	avaliação de Impacto sobre Proteção de Dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Avaliações de impacto de novas atividades não realizadas e/ou não comunicadas ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Formação contínua no Regime Geral de Proteção de Dados às Unidades Orgânicas; - Reanálise das avaliações de impacto efetuadas atendendo às alterações de contexto e procedimentos; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Registo das avaliações de impacto em plataforma; - Implementação de ações corretivas e envio de orientações; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos pelo incumprimento do exercício dos direitos dos titulares de dados (de incidentes de violação de dados)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação ao Gabinete de Proteção de Dados dos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados	Ética	- Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Elaboração de minutas de consentimento para tratamento da imagem; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Comunicação de incidentes de violação de dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Sensibilização dos serviços para cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados , nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais ; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta; - Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Recolha ilegítima de dados pessoais com ou sem a sua divulgação	Ética	- Encrptação dos dados; - Sensibilização para as medidas de segurança de dados; - Revisitação dos formulários disponibilizados ao município; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Disponibilização da minuta de declaração de consentimento para tratamento de dados pessoais e da minuta de consentimento para o tratamento da imagem; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados nos contratos públicos; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados no processo de recrutamento e nos contratos individuais de trabalho; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Violação do dever de sigilo/privacidade/ danos nos direitos e liberdades das pessoas - Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Elaboração, aprovação e divulgação interna e externa da Política de Privacidade; - Inclusão na revisão do Código de Conduta e Ética de normas relativas à restrição de acessos à informação, aos procedimentos respeitantes a dados pessoais sensíveis e às medidas de acesso e arquivamento dos processos individuais dos/as trabalhadores/as; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Inclusão de cláusula de privacidade e confidencialidade em todos os contratos celebrados pela autarquia( verificação por auditoria do cumprimento desta regra); - Revisitação aos contratos em subcontratação com reforço de solicitação dos mesmos aos serviços; - Controlo de toda a informação que contém dados pessoais através de uma plataforma que regista o modo como a informação é recolhida e tratada pelos serviços; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		

		Natureza do Risco			
		Gestão	Corrupção e Infrações Conexas	Ética	TOTAL
Grau do Risco	Muito Baixo				
	Baixo	8			8
	Médio	17	5	9	31
	Elevado	1			1
	Muito Elevado				
TOTAL		26	5	9	40

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controles Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Recrutamento	Elaboração e Monitorização dos Procedimentos concursais	Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Definição de critérios na atribuição de permissões dos utilizadores ( restrição de acessos); - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção; - Subscrição da Declaração de Existência/Inexistência de Conflitos de Interesses por parte dos membros dos júris.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Recrutamento	Elaboração e Monitorização dos Procedimentos concursais	Violação dos deveres de isenção, imparcialidade e de prossecução do interesse público com a intenção de obter um benefício ilegítimo para o próprio ou para terceiro, ou de causar prejuízo a outra pessoa.	Corrupção e Infrações Conexas	- Subscrição da Declaração de Existência/Inexistência de Conflitos de Interesses por parte dos membros dos júris; Identificação e alteração do Júri responsável pela decisão quando exista conflito; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Recrutamento	Elaboração e Monitorização dos Procedimentos concursais	Existência de conflitos de interesses nos processos de recrutamento que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade e favorecimento	Ética	- Subscrição da Declaração de Existência/Inexistência de Conflitos de Interesses por parte dos membros dos júris; Identificação e alteração do Júri responsável pela decisão quando exista conflito; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção da Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Cadastro	Atualização e Arquivo do Cadastro	Recolha e conservação de informação que viole o Regime Geral de Proteção de Dados	Gestão	- Reformulação de todos os formulários em cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados; - Existência de formulários em substituição da documentação pessoal anteriormente exigido e não entrega de cópia; - Redução solicitação de documentos ao mínimo exigido; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para a Proteção de Dados	Baixa	Alta	Médio	- Disponibilização da informação e acesso através do portal do colaborador - Desmaterialização dos processos individuais.	Departamento de Recursos Humanos/ Departamento de Sistemas de Informação
Acumulação de Funções	Análise dos pedidos de acumulação de funções pelos trabalhadores	Existência de acumulação de funções públicas e privadas com eventual conflito de interesses	Ética	- Assegurar a subscrição da declaração de inexistência de acumulação de funções por todos/as os/as colaboradoras/es; - Análise rigorosa do pedido de acumulação de funções e verificação da incompatibilidade ou impedimento; - Validação hierárquica do pedido de acumulação de funções; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção da Corrupção; - Anualmente reanalisar o pedido de acumulação de funções em função dos resultados obtidos no período anterior.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Acumulação de Funções	Gestão da Escola a Tempo Inteiro (AEC - Atividades Enriquecimento curricular, AAAF - Atividades de Animação e Apoio à Família e CAF - Componente de Apoio à Família)	Comprometimento da boa gestão na execução das atividades devido às situações de acumulação de funções (escolas)	Gestão	- Validação hierárquica do pedido de acumulação de funções;	Baixa	Média	Baixo	- Anualmente reanalisar o pedido de acumulação de funções em função dos resultados obtidos no período anterior.	Departamento de Intervenção Social
Segurança e Saúde no Trabalho	Gestão de Acidentes de trabalho	Incorreta caracterização de ocorrências participadas pelos/as trabalhadores/as como acidentes de trabalho (ocorrências não enquadradas no processo de acidentes de trabalho) - Pagamento indevido de despesas médicas e outros encargos	Gestão	- Contratação de empresa externa para averiguação de alguns acidentes de trabalho .	Baixa	Alta	Médio	- Reforço de Recursos Humanos na área de segurança e saúde no trabalho para cumprimento das exigências legais.	Departamento de Recursos Humanos

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Processos de Vencimentos	Gestão das horas suplementares	Excessivo recurso a trabalho suplementar	Gestão	- Análise do cumprimento dos limites impostos legalmente; - Alertas do sistema informático; - Controlo de um dos limites previstos (60% mensais) executado automaticamente pelo sistema informático; - Monitorização de cumprimento da lei	Baixa	Alta	Médio	- Implementação de dashboards no Dundas BI com acesso aos eleitos locais permitindo análises comparativas e evolutivas em relação ao trabalho suplementar.	Departamento de Recursos Humanos/Departamento Financeiro
Processos de Vencimentos	Processamento de vencimentos (inclui o processamento de vencimentos, suplementos remuneratórios, descontos, penhoras e outros procedimentos afins)	Pagamento indevido de vencimentos ou suplementos	Ética	- Pagamentos com ordem escrita e verificação do cumprimento dos requisitos legais aplicáveis; - Reposição e regularização das situações; - Execução de acertos sempre que houver lapsos; - Monitorização do cumprimento das regras legais em sede de processamento de salários.	Baixa	Alta	Médio		
Processos de Vencimentos	Processamento de vencimentos (inclui o processamento de vencimentos, suplementos remuneratórios, descontos, penhoras e outros procedimentos afins)	Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Política de privacidade; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Processos de Vencimentos	Processamento de vencimentos (inclui o processamento de vencimentos, suplementos remuneratórios, descontos, penhoras e outros procedimentos afins)	Falhas de controlo dos registos de assiduidade para efeitos de processamento de vencimentos com eventuais falhas de controlo	Gestão	- Conferência de todos os registos manuais e digitais;	Baixa	Alta	Médio		
avaliação de Desempenho	Monitorização do processo da Avaliação de Desempenho	Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Definição de critérios na atribuição de permissões dos utilizadores ( restrição de acessos); - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta referente à proteção e dados pessoais; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção da Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Mobilidade Intercarreiras ou Intercategorias	Gestão de processos de mobilidade intercarreiras ou intercategorias	Inexistência de regras específicas para a mobilidade	Gestão	- Regulamento de mobilidade; - Procedimentos de oferta de mobilidade; - Monitorização do cumprimento do Regulamento de Mobilidade	Baixa	Alta	Médio		
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Vício na formação da vontade - Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorrência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação; - Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental; - Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP; - Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano; - Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado; - Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no levantamento nas especificações técnicas adequadas	Gestão	- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo dos procedimentos aquisitivos	Gestão	- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação ; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível e mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes. - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível e mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri Intra departamento e não apenas Intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já prevêem que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso." - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficácia do processo de gestão e monitorização dos contratos ( incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Ordem de Serviço que define as funções dos gestores de contrato	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos Departamento de Sistemas de Informação
Atribuição de Subsídios	Elaboração de propostas de atribuição de apoios	Existência de conflitos de interesses nos processos de escolha das entidades que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade e a não persecução do interesse público	Ética	- Entrega de declaração de inexistência de conflito de interesses, no âmbito da instrução dos processos de atribuição de subsídios; - Cumprimento das regras regulamentares de atribuição de subsídios; - Análise do histórico da entidade beneficiária; - Segregação de funções; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Incumprimento dos protocolos celebrados no âmbito de atribuição dos apoios - utilização de verbas para fins distintos para os foram atribuídos	Gestão	- Assinatura de Protocolo que compromete as partes e determina a restituição da verba caso não seja cumprido o seu objeto ou não seja gasto na totalidade; - Verificação de comprovativos de realização de despesa previamente ou após a transferência das verbas de acordo com o Protocolo; - Verificação dos Planos e dos Relatórios de Atividades; - Sensibilização das instituições quanto à responsabilidade financeira; - Articulação com os Serviços de Auditoria sempre que implique uma análise económico-financeira.	Baixa	Média	Baixo	- Inclusão de declaração da entrega efetiva dos subsídios em espécie pela instituição beneficiária; - Formação aos gestores de contrato e na área fiscal para melhorar o processo de conferência de faturas.	Todas as UO que atribuem subsídios
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Incumprimento dos protocolos celebrados no âmbito de atribuição dos apoios - apresentação de comprovativos não elegíveis ou não apresentação dos mesmos	Gestão	- Cláusulas de restituição das verbas previstas no protocolo; - Definição de procedimentos internos de controlo de prazos de apresentação dos comprovativos; - Técnico Gestor verifica a entrega dos comprovativos nos prazos estabelecidos, solicitando-os no caso de incumprimento; - Sensibilização dos parceiros quanto à responsabilidade financeira.	Baixa	Média	Baixo		
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Existência de diferentes protocolos com as mesmas entidades, o que pode originar duplicação de obrigações contratuais e duplo financiamento	Gestão	- Realização de Auditorias Internas;	Baixa	Alta	Médio	- Centralização dos protocolos com vista ao seu controlo, monitorização e uniformização das regras protocoladas.	Administração

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controles Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Deficiente verificação dos comprovativos de despesa e dos prazos estabelecidos para a sua apresentação	Gestão	- Conferência das faturas emitidas; - Definição de procedimentos internos de controlo de prazos de apresentação dos comprovativos; - Técnico Gestor verifica a entrega dos comprovativos nos prazos estabelecidos, solicitando-os no caso de incumprimento; - Sensibilização dos parceiros quanto à responsabilidade financeira; - Realização de auditorias internas.	Baixa	Média	Baixo		
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Não regularização de situações de incumprimento	Gestão	- Cumprimento dos procedimentos adequados a cada situação, como nova deliberação de reunião de Câmara para acerto de contas ou restituição de verbas.	Baixa	Média	Baixo	- Mapa de gestão de subsídios entregues com indicação dos valores atribuídos, datas de apresentação e gestor afeto.	Todas as UO que atribuem subsídios
Gestão de Candidaturas	Preparação e submissão de candidaturas	Incumprimento de requisitos e erros/falta de documentos instrutórios à submissão de candidaturas	Gestão	- O DMPEI verifica, através de uma check list todos os documentos instrutórios necessários à submissão das candidaturas.	Média	Média	Médio		
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Existência de conflitos de interesses que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Assegurar a subscrição do documento de inexistência de conflitos, quando aplicável; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Perda financeira para a autarquia devido ao incumprimento das taxas de execução física e financeira	Gestão	- Monitorização da execução física pelos serviços intervinientes, financeira e temporal da candidatura e caso aconteçam derrapagens são realizados ajustes à candidatura através de alterações ao projeto (prorrogação prazo, novas ações...); - Fundamentação para as incoerências detetadas entre o projeto submetido e a execução física efetiva; - Realização de auditorias por amostragem; - Ações decorrentes do papel afeto ao gestor de contrato e fiscal de obra.	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Perda financeira para a autarquia devido aos atrasos nos procedimentos administrativos referentes aos processos aquisitivos	Gestão	- Pedidos de prorrogação de prazos para a execução da candidatura devidamente fundamentados com as identificações de causas do atraso, que fundamentalmente são não imputáveis ao município; - Monitorização pelo DMPEI dos prazos de apresentação da execução da candidatura.	Baixa	Alta	Médio	- Revisão do processo aquisitivo pelo modelo Kaizen.	Departamento Financeiro
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Atraso no recebimento das verbas financiadas devido ao atraso nos pedidos de desembolso das candidaturas aprovadas	Gestão	- Mensalmente, são solicitados os autos, faturas e comprovativos de pagamento aos serviços que gerem contratos financiados por fundos comunitários.	Média	Média	Médio		
Proteção de dados	Avaliação de Impacto sobre Proteção de Dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Avaliações de impacto de novas atividades não realizadas e/ou não comunicadas ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Formação contínua no Regime Geral de Proteção de Dados às Unidades Orgânicas; - Reanálise das avaliações de impacto efetuadas atendendo às alterações de contexto e procedimentos; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Registo das avaliações de impacto em plataforma; - Implementação de ações corretivas e envio de orientações; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos pelo incumprimento do exercício dos direitos dos titulares de dados (de incidentes de violação de dados)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação ao Gabinete de Proteção de Dados dos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados	Ética	- Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Elaboração de minutas de consentimento para tratamento da imagem; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Comunicação de incidentes de violação de dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Sensibilização dos serviços para cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados, nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta; - Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Recolha legítima de dados pessoais com ou sem a sua divulgação	Ética	- Encriptação dos dados; - Sensibilização para as medidas de segurança de dados; - Revisitação dos formulários disponibilizados ao município; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Disponibilização da minuta de declaração de consentimento para tratamento de dados pessoais e da minuta de consentimento para o tratamento da imagem; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados nos contratos públicos; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados no processo de recrutamento e nos contratos individuais de trabalho; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Violação do dever de sigilo/privacidade/ danos nos direitos e liberdades das pessoas - Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Elaboração, aprovação e divulgação interna e externa da Política de Privacidade; - Inclusão na revisão do Código de Conduta e Ética de normas relativas à restrição de acessos à informação, aos procedimentos respeitantes a dados pessoais sensíveis e às medidas de acesso e arquivamento dos processos individuais dos/as trabalhadores/as; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Inclusão de cláusula de privacidade e confidencialidade em todos os contratos celebrados pela autarquia (verificação por auditoria do cumprimento desta regra); - Revisitação aos contratos em subcontratação com reforço de solicitação dos mesmos aos serviços; - Controlo de toda a informação que contém dados pessoais através de uma plataforma que regista o modo como a informação é recolhida e tratada pelos serviços; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		

Grau do Risco	Natureza do Risco			
	Gestão	Corrupção e Infrações Conexas	Ética	TOTAL
Muito Baixo				0
Baixo	5			5
Médio	21	6	8	35
Elevado	4	1	1	6
Muito Elevado				0
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>46</b>

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Arquivo	Assegurar o Arquivo de informação contabilística	Supressão de documentos críticos de âmbito fiscal e de tesouraria para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Arquivo da informação em pasta partilhada; - Realização de backups; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Implementação de arquivo digital com a adoção das regras do arquivo documental.	Departamento Financeiro/Departamento de Cultura
Gestão de Financiamentos	Acompanhamento da execução candidaturas / financiamentos	Montante do financiamento (candidatura e/ou empréstimo) superior ao investimento	Gestão	- Elaboração e monitorização sistemática de mapas de controlo por investimento (com inclusão de informação relativa a percentagem de financiamento).	Média	Média	Médio		
Gestão da Despesa	Execução e tramitação dos registos orçamentais e patrimoniais	Assunção de despesas sem prévio cabimento na respetiva rubrica orçamental e/ou sem os demais requisitos de regularidade e legalidade financeira	Gestão	- Monitorização dos contratos por parte dos dirigentes dos serviços e gestores dos contratos; - Elaboração de cabimentos genéricos para fazer face a despesas de representação imprevisíveis por parte da administração; - Introdução de controlo das contrações de dívidas associadas à execução de contratos; - Monitorização do Plano Anual de Aquisições; - Ordem de Serviço nº 6/2022; - Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Os cadernos de encargos já prevê que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso.". As notificações de adjudicação também referem o nº de compromisso; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		
Gestão da Despesa	Gestão do Fundo de Maneio	Pagamento de despesas sem base legal fundamentada e autorizada, violando o cumprimento do Regulamento do Fundo de Maneio	Gestão	- Sensibilização dos serviços para as despesas enquadráveis no conceito de fundo de maneio; - Realização de auditorias internas; - Disponibilização em pasta partilhada da Norma Interna de Fundos de Maneio em vigor.	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Tesouraria	Cobranças e Pagamentos	Segregação de funções não assegurada	Gestão	- Reforço da equipa com recursos humanos com as competências adequadas; - Formação aos novos colaboradores/as da Divisão.	Baixa	Média	Baixo	- Auditoria interna anual aos procedimentos de tesouraria e contagem física das disponibilidades em caixa.	Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Tesouraria	Cobranças e Pagamentos	Apropriação indevida de verbas/receitas municipais e/ou bens públicos utilizando a posição de acesso privilegiado no exercício das funções públicas - Desvio ou apropriação indevida de fundos	Corrupção e Infrações Conexas	- Restrição de Acessos; - Confirmação formal de alterações de IBAN perante as entidades e instituições / bancárias; - Auditoria interna anual aos procedimentos de tesouraria e contagem física das disponibilidades em caixa.	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Receita	Processo de emissão, liquidação e cobrança das receitas municipais	Alteração de registos nas aplicações satélites	Ética	- Divulgação da Norma de Controlo Interno; - Ações de sensibilização junto dos postos emissores; análise de permissões e acessos.	Baixa	Alta	Médio	- Elaboração e divulgação de Manual de Procedimentos	Departamento Financeiro
Gestão de Receita	Processo de emissão, liquidação e cobrança das receitas municipais	Apropriação indevida de valores sob a responsabilidade do posto de cobrança, em proveito próprio ou de terceiros	Corrupção e Infrações Conexas	- Realização de auditorias internas; - Existências de procedimentos internos; - Norma de Controlo Interno; Revisão, aprovação, divulgação do Código de Conduta e Ética; Reconciliações financeiras entre a receita arrecadada e os documentos de suporte; Existência de aplicações informáticas que controlam o registo de receita arrecadada	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Receita	Processo de emissão, liquidação e cobrança das receitas municipais	Cálculo incorreto do valor a cobrar: deficiente enquadramento da taxa a aplicar e/ou erros nos valores de base	Gestão	- Reforço de Recursos Humanos; - Criação e implementação de um simulador para a liquidação das taxas urbanísticas que se encontra disponível no site da autarquia ( com acesso pelo munícipe); - Aplicações que efetuam liquidação de taxa estão parametrizadas com as taxas a aplicar com revisão anual.	Baixa	Alta	Médio	- Elaboração de manuais de procedimentos, designadamente procedimentos de início de fim de ano de forma a garantir a atualização das taxas na transição do ano; - Formação dos colaboradores afetos aos postos de cobrança	Departamento Financeiro
Gestão de Receita	Processo de emissão, liquidação e cobrança das receitas municipais	Não emissão de fatura/ guia de recebimento no momento de constituição da dívida com consequências na não liquidação de juros (de mora, compensatórios ou indemnizatórios)	Gestão		Baixa	Alta	Médio	-Revisão do processo de emissão e liquidação da receita- revisão da atribuição de funções	Departamento Financeiro
Gestão de Receita	Processo de emissão, liquidação e cobrança das receitas municipais	Não colocação da data limite de pagamento nas guias, impossibilitando o cálculo de juros	Gestão		Média	Média	Médio	- Manual de procedimentos para os postos emissores de receita	Departamento Financeiro
Gestão de Receita	Processo de emissão, liquidação e cobrança das receitas municipais	Faturas por pagar sem tramitar para cobrança coerciva e subsequente prescrição	Gestão	- Ações de sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na NCI; implementação de rotina de verificação dos recebimentos em atraso.	Baixa	Alta	Médio	-Revisão do processo de emissão e liquidação da receita- revisão da atribuição de funções; - Implementação da emissão das certidões de dívida através da aplicação informática de execução fiscal.	Departamento Financeiro
Gestão de Receita, Despesa	Execução e tramitação dos registos orçamentais e patrimoniais	Acesso indevido à informação	Ética	- Análise de permissões e restrição de acessos.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Gestão de Património Municipal	Cadastrar e inventariar o Património do Município de Matosinhos	Desatualização do cadastro e inventário de bens móveis municipais: Existência de aquisição de bens inseridos em contratos de empreitadas ou serviços que não são identificados para efeitos de inventário; aquisições a título gratuito sem conhecimento da Divisão de Gestão Patrimonial; aquisição de bens pelos serviços requisitantes, cuja informação para efeitos de elaboração de ficha de inventário é escassa ou contém erros (faturas ou documentos equivalentes sem detalhe, falha na localização, escolha da processo de atividade para afetação de custos, etc.)	Gestão	- A DGP tem acesso aos registos da classe 4 - investimentos, para efeitos de inventário, mantendo o cadastro atualizado.	Média	Alta	Elevado	- Listar os bens móveis nos contratos de empreitadas, serviços, protocolos e outros, de modo a que sejam objeto de classificação adequada à sua natureza; - Sensibilizar os serviços requisitantes para a necessidade de apenas conferir faturas ou documentos equivalentes discriminadas relativamente aos bens adquiridos com detalhe sobre a quantidade, valores, nº de série, localização; - Articulação entre o Departamento Financeiro nas ações de formação sobre os processos aquisitivos de modo a colmatar os erros com repercussões no cadastro e inventário. - Formação aos serviços requisitantes e gestores dos bens das regras e leis subjacentes à gestão patrimonial articulada com a formação da contratação pública, nomeadamente no que respeita ao preenchimento da ficha de aquisição de bens e serviços;	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Gestão de Património Municipal	Cadastrar e inventariar o Património do Município de Matosinhos	Desatualização do cadastro e inventário de bens imóveis municipais: Não comunicação ao serviço de gestão de património e não inventariação das cedências (terrenos ou infraestruturas) ao domínio público (em sede de alvará de loteamento ou de outras construções) Existência de falhas na identificação da propriedade do imóvel - falhas nos registos prediais (terrenos) relativamente aos imóveis antigos, permanecendo um risco residual relativamente aos imóveis atuais.	Gestão	- Comunicação das cedências ao domínio público; - Reunião com serviços do DGU (Departamento de Gestão Urbanística) para sensibilização dos incumprimentos legais e normativos resultantes da falha do envio das informações à Divisão de Gestão Patrimonial e da necessidade de georreferência das áreas cedidas; - Solicitação, aos serviços do DGU, de toda a informação considerada relevante para proceder à correta inventariação de todos os bens de domínio público.	Baixa	Alta	Médio	- Reforçar a comunicação com as unidades orgânicas competentes em matéria de gestão urbanística e obras municipais	Departamento Financeiro/Departamento de Obras
Gestão de Património Municipal	Gestão e salvaguarda do Património Municipal de Matosinhos	Apropriação indevida ou utilização não autorizada de bens ou valores patrimoniais pertencentes ao Município, no exercício das funções, com desvio de finalidade para benefício próprio ou de terceiros	Corrupção e Infrações Conexas	- Cumprimento dos Regulamentos Municipais e das regras definidas na NCI.	Média	Alta	Elevado	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção. - Realização de auditorias internas, que possibilitem a aferição da probabilidade de ocorrência do risco.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Património Municipal	Gestão e salvaguarda do Património Municipal de Matosinhos	- Existência de bens não etiquetados, o que promove o risco de má gestão e não salvaguarda; - Transferência de bens sem conhecimento da DGP o que compromete a salvaguarda e atualização do inventário; - Incumprimento dos procedimentos de abates: Abates sem conhecimento da DGP o que compromete a atualização do inventário ou com fundamentação escassa; não destruição de bens objeto de abate O não conhecimento da DGP relativamente aos abates e transferência conduz à existência de movimentos físicos não refletidos nos movimentos financeiros subjacentes à atualização do cadastro e inventário do património municipal.	Gestão	- Elaboração aprovação e implementação do Regulamento de cadastro e inventário; - Reforço da divulgação dos procedimentos relativos à boa gestão do ativos móveis e sua salvaguarda.	Alta	Média	Elevado	- Proceder à etiquetagem dos bens móveis pela Divisão de Gestão Patrimonial ( processo em desenvolvimento); - Articular com o Departamento de Conservação os procedimentos para gestão dos bens, nomeadamente em caso de transferência e abates.	Departamento Financeiro Departamento de Conservação
Gestão de Património Municipal	Alienação de Bens Móveis e Imóveis	Violação dos deveres de isenção e imparcialidade nos processos de alienação de bens móveis e imóveis de forma à obtenção de vantagens para o próprio ou terceiros	Corrupção e Infrações Conexas	- Realização de hastas públicas; Código de Conduta e Ética; Alienação dos bens móveis é feita com base no valor contabilístico	Baixa	Alta	Médio	- Revisão do Regulamento para incluir as regras de alienação de bens móveis.	Departamento Financeiro
Gestão de Património Municipal	Gestão de Rendimentos de Propriedade do Município	Discricionariedade no tratamento dos operadores económicos que são arrendatários - não cobrança de juros ou penalizações no caso de incumprimento do prazo para pagamento das rendas ( não colocação de data limite de pagamento das rendas)	Corrupção e Infrações Conexas		Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Património Municipal	Gestão e salvaguarda do Património Municipal de Matosinhos	Apropriação indevida de bens imóveis (terrenos) públicos	Gestão	- Comunicação dos limites dos terrenos/áreas sobrantes à Divisão de Gestão Patrimonial; - Comunicação no final da obra à Divisão de Património; - Instituição de procedimento para vedação dos terrenos.	Média	Alta	Elevado		
Licenciamento	Instrução e tramitação do Processo de Licenciamento	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios, que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Regulamentos Municipais que definem as regras de licenciamento; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Licenciamento	Instrução e tramitação do Processo de Licenciamento	Centralização na mesma Unidade Orgânica, a tramitação do processo administrativo e a emissão e liquidação de receita - inexistência de segregação de funções	Gestão	- Divisão das funções dentro da Unidade Orgânica	Média	Média	Médio	- Reestruturação da Unidade de Receita	Divisão de Gestão Financeira
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Vício na formação da vontade - Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorrência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação; - Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental; - Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP; - Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano; - Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado; - Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no levantamento nas especificações técnicas adequadas	Gestão	- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo dos procedimentos aquisitivos	Gestão	- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Sobreposição de responsabilidades contratuais com o mesmo fornecedor ou fornecedores distintos, pelo desconhecimento dos contratos efetuados pelas diversas Unidades Orgânicas contratantes	Gestão		Média	Média	Médio	- Criação de um cadastro centralizado para consulta e acompanhamento dos contratos vigentes - utilização da datalink para gestão de todos os contratos da autarquia	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Recorrência ao regime da contratação excluída ou de critérios materiais para a escolha do ajuste direto, o que pode potenciar favorecimento de determinados fornecedores	Ética	- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Formação recorrente quer interna quer externa às equipas e disponibilização e atualização de minutas de informação e de peças sendo estas últimas revistas com carácter periódico; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Média	Alta	Elevado	- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que coloquem em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa.	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos;	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes. - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos;	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente cumprimento de diplomas legais e regulamentares nos procedimentos pré-contratuais, potenciando a existência de contratos inválidos	Gestão	- Realização de ações esclarecimento/sensibilização e de formação na área da contratação pública para profissionais de contratação pública, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Baixa	Média	Baixo		
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.ª Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.ª A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri Intra departamento e não apenas Intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já prevêem que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso." - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.ª Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.ª A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficácia do processo de gestão e monitorização dos contratos ( Incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Ordem de Serviço que define as funções dos gestores de contrato	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos Departamento de Sistemas de Informação
Gestão de Candidaturas	Preparação e submissão de candidaturas	Incumprimento de requisitos e erros/falta de documentos instrutórios à submissão de candidaturas	Gestão	- O DMPEI verifica, através de uma check list todos os documentos instrutórios necessários à submissão das candidaturas.	Média	Média	Médio		
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Existência de conflitos de interesses que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Assegurar a subscrição do documento de inexistência de conflitos, quando aplicável; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Perda financeira para a autarquia devido ao incumprimento das taxas de execução física e financeira	Gestão	- Monitorização da execução física pelos serviços intervenientes, financeira e temporal da candidatura e caso aconteçam derrapagens são realizados ajustes à candidatura através de alterações ao projeto (prorrogação prazo, novas ações...); - Fundamentação para as incoerências detetadas entre o projeto submetido e a execução física efetiva; - Realização de auditorias por amostragem; - Ações decorrentes do papel afeto ao gestor de contrato e fiscal de obra.	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Perda financeira para a autarquia devido aos atrasos nos procedimentos administrativos referentes aos processos aquisitivos	Gestão	- Pedidos de prorrogação de prazos para a execução da candidatura devidamente fundamentados com as identificação detalhada das causas do atraso, que fundamentalmente são não imputáveis ao município; - Monitorização pelo DMPEI dos prazos de apresentação da execução da candidatura.	Baixa	Alta	Médio	- Revisão do processo aquisitivo pelo modelo Kaizen	Departamento Financeiro
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Atraso no recebimento das verbas financiadas devido ao atraso nos pedidos de desembolso das candidaturas aprovadas	Gestão	- Mensalmente, são solicitados os autos, faturas e comprovativos de pagamento aos serviços que gerem contratos financiados por fundos comunitários.	Média	Média	Médio		
Proteção de dados	Avaliação de Impacto sobre Proteção de Dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Avaliações de impacto de novas atividades não realizadas e/ou não comunicadas ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Formação contínua no Regime Geral de Proteção de Dados às Unidades Orgânicas; - Reanálise das avaliações de impacto efetuadas atendendo às alterações de contexto e procedimentos; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Registo das avaliações de impacto em plataforma; - Implementação de ações corretivas e envio de orientações; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados.	Baixa	Alta	Médio		

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Proteção de dados	Tratamento dos riscos pelo incumprimento do exercício dos direitos dos titulares de dados (de incidentes de violação de dados)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação ao Gabinete de Proteção de Dados dos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados	Ética	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Elaboração de minutas de consentimento para tratamento da imagem;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC;</li> <li>- Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;</li> <li>- Código de Ética e Conduta.</li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos de incidentes de violação de dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensibilização dos serviços para cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados, nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC;</li> <li>- Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;</li> <li>- Código de Ética e Conduta;</li> <li>- Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes.</li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Recolha ilegítima de dados pessoais com ou sem a sua divulgação	Ética	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Encriptação dos dados;</li> <li>- Sensibilização para as medidas de segurança de dados;</li> <li>- Revisitação dos formulários disponibilizados ao município;</li> <li>- Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Disponibilização da minuta de declaração de consentimento para tratamento de dados pessoais e da minuta de consentimento para o tratamento da imagem;</li> <li>- Inclusão de cláusulas de proteção de dados nos contratos públicos;</li> <li>- Inclusão de cláusulas de proteção de dados no processo de recrutamento e nos contratos individuais de trabalho;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC;</li> <li>- Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;</li> <li>- Código de Ética e Conduta.</li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Violação do dever de sigilo/privacidade/ danos nos direitos e liberdades das pessoas - Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração, aprovação e divulgação interna e externa da Política de Privacidade;</li> <li>- Inclusão na revisão do Código de Conduta e Ética de normas relativas à restrição de acessos à informação, aos procedimentos respeitantes a dados pessoais sensíveis e às medidas de acesso e arquivamento dos processos individuais dos/as trabalhadores/as;</li> <li>- Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados;</li> <li>- Inclusão de cláusula de privacidade e confidencialidade em todos os contratos celebrados pela autarquia (verificação por auditoria do cumprimento desta regra);</li> <li>- Revisitação aos contratos em subcontratação com reforço de solicitação dos mesmos aos serviços;</li> <li>- Controlo de toda a informação que contém dados pessoais através de uma plataforma que regista o modo como a informação é recolhida e tratada pelos serviços;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC;</li> <li>- Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;</li> <li>- Código de Ética e Conduta.</li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		

Grau do Risco	Natureza do Risco			
	Gestão	Corrupção e Infrações Conexas	Ética	TOTAL
Muito Baixo				
Baixo	3			3
Médio	10	2	5	17
Elevado	1			1
Muito Elevado				
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>21</b>

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Atendimento	Atendimento aos munícipes / cidadãos(às) / partes interessadas	Existência de conflitos de interesses que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e potenciar a discricionariedade	Ética	- Sistema Informático da submissão dos pedidos com a digitalização de todos os processos; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Atendimento	Atendimento aos munícipes / cidadãos(às) / partes interessadas	Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Sistema Informático da submissão dos pedidos com a digitalização de todos os processos; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta; - Assegurar a correta atribuição e restrição de acessos à informação.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Atendimento	Atendimento aos munícipes / cidadãos(às) / partes interessadas	Risco de fornecimento inadequado de informação sobre processos mediante solicitação, por defeito ou por excesso, devido à não verificação da legitimidade do requerente para o recebimento dessas informações	Gestão		Baixa	Alta	Médio	- Formação aos colaboradores da Loja do Município sobre o Regime Geral de Proteção de Dados e legislação sobre matérias relacionadas com o regime de acesso à informação administrativa e ambiental.	Departamento de Recursos Humanos/ Encarregada de Proteção de Dados/ Loja do Município
Atendimento	Emissão de guias de receita	Incorreta classificação dos pedidos e consequente incorreta atribuição do valor da taxa	Gestão	- Validação/verificação das guias por parte do <i>backoffice</i> ; - Formação dos colaboradores afetos à função de atendimento.	Média	Média	Médio	- Formação dos colaboradores afetos à função de atendimento; - Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Divisão de Desenvolvimento Organizacional/ Encarregada de Proteção de Dados / Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência/ Loja do Município
Direito à informação	Gestão de pedidos de acesso à informação	Incumprimento dos procedimentos no âmbito da LADA	Gestão	- Nomeação do RAI.	Média	Média	Médio	- Definir e implementar procedimentos administrativos para o registo, tratamento e resposta aos pedidos; - Formação e sensibilização em matéria da LADA.	Responsável pelo acesso à Informação (RAI)
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Vício na formação da vontade - Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorrência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação; - Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental; - Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP; - Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano; - Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado; - Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no levantamento nas especificações técnicas adequadas	Gestão	- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo dos procedimentos aquisitivos	Gestão	- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação ; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamenta o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes. - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamenta o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos. - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri Intra departamento e não apenas Intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já prevêm que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso." - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficácia do processo de gestão e monitorização dos contratos ( incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Ordem de Serviço que define as funções dos gestores de contrato	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos Departamento de Sistemas de Informação
Proteção de dados	Avaliação de Impacto sobre Proteção de Dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Avaliações de impacto de novas atividades não realizadas e/ou não comunicadas ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Formação contínua no Regime Geral de Proteção de Dados às Unidades Orgânicas; - Reanálise das avaliações de impacto efetuadas atendendo às alterações de contexto e procedimentos; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigatoriedade de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Registo das avaliações de impacto em plataforma; - Implementação de ações corretivas e envio de orientações; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos pelo incumprimento do exercício dos direitos dos titulares de dados (de incidentes de violação de dados)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação ao Gabinete de Proteção de Dados dos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados	Ética	- Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Elaboração de minutos de consentimento para tratamento da imagem; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Comunicação de incidentes de violação de dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Sensibilização dos serviços para cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados , nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais ; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta; - Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Recolha ilegítima de dados pessoais com ou sem a sua divulgação	Ética	- Encriptação dos dados; - Sensibilização para as medidas de segurança de dados; - Revisitação dos formulários disponibilizados ao município; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Disponibilização da minuta de declaração de consentimento para tratamento de dados pessoais e da minuta de consentimento para o tratamento da imagem; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados nos contratos públicos; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados no processo de recrutamento e nos contratos individuais de trabalho; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Violação do dever de sigilo/privacidade/ danos nos direitos e liberdades das pessoas - Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração, aprovação e divulgação interna e externa da Política de Privacidade;</li> <li>- Inclusão na revisão do Código de Conduta e Ética de normas relativas à restrição de acessos à informação, aos procedimentos respeitantes a dados pessoais sensíveis e às medidas de acesso e arquivamento dos processos individuais dos/as trabalhadores/as;</li> <li>- Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados;</li> <li>- Inclusão de cláusula de privacidade e confidencialidade em todos os contratos celebrados pela autarquia( verificação por auditoria do cumprimento desta regra); - Revisitação aos contratos em subcontratação com reforço de solicitação dos mesmos aos serviços;</li> <li>- Controlo de toda a informação que contém dados pessoais através de uma plataforma que regista o modo como a informação é recolhida e tratada pelos serviços;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: <ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de formação no RGPC;</li> <li>Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;</li> <li>Código de Ética e Conduta.</li> </ul> </li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		

Grau do Risco	Natureza do Risco			TOTAL
	Gestão	Corrupção e Infrações Conexas	Ética	
Muito Baixo				
Baixo	4			4
Médio	11	1	5	17
Elevado	3			3
Muito Elevado				0
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>24</b>

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Gestão do espaço público, estruturas, infraestruturas e equipamentos	Gestão de frota	Utilização indevida das viaturas	Corrupção e Infrações Conexas	- Existência de normas de utilização elaboradas e aprovadas pelo órgão executivo a 11/2/2020; - Exigência de apresentação de justificação para o uso da viatura; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Implementação do Chaveiro Eletrónico	Departamento de Conservação
Gestão do espaço público, estruturas, infraestruturas e equipamentos	Gestão de equipamentos	Falha no controlo dos movimentos de entrada e saída das ferramentas em uso	Gestão	- Controlo de entrada e saída de materiais/equipamentos através de procedimentos e registos devidamente assinados; - Centralização num único espaço das ferramentas e equipamentos; acesso condicionado ao espaço; - Segregação de funções na entrega e levantamento dos equipamentos; - Listagem com a identificação das ferramentas.	Baixa	Média	Baixo	- Aplicação informática de controlo e gestão de equipamentos	Departamento de Conservação/Departamento de Sistemas de Informação
Gestão do espaço público, estruturas, infraestruturas e equipamentos	Gestão de mobiliário	Desatualização do cadastro de bens móveis	Gestão	- Cadastro de mobiliário em Infraspak com colocação de tag.	Alta	Baixa	Médio	- Cadastro de mobiliário em Infraspak com colocação de tag a todo o ativo móvel; - Articulação com a Divisão de Gestão Patrimonial o processo de inventário e cadastro do mobiliário	Departamento de Conservação/Divisão de Gestão Patrimonial
Gestão do espaço público, estruturas, infraestruturas e equipamentos	Fiscalização de obras	Incumprimento de regras e procedimentos de fiscalização	Ética	- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Promover a rotatividade de funcionários; - Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Conservação/Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão do espaço público, estruturas, infraestruturas e equipamentos	Fiscalização de obras	Insuficiente acompanhamento das empreitadas pelo fiscal e/ou pelo gestor dos contratos - por falta de recursos humanos nos Edifícios Municipais incluindo Edifícios Escolares potenciando execução de trabalhos em desconformidade com o projeto	Gestão		Média	Alta	Elevado	Externalizar a fiscalização de obra; Constituir equipa de gestão de garantias de obra	Departamento de Conservação/Departamento de Recursos Humanos
Gestão do espaço público, estruturas, infraestruturas e equipamentos	Gestão dos trabalhos de conservação	Falhas na execução e monitorização dos trabalhos de conservação e manutenção, cuja competência foi transferida para as juntas de Freguesias	Gestão	- Dupla validação do serviço executado pela entidade executante e pela entidade que solicitou o pedido; - Obrigatoriedade por parte da Freguesia em apresentar evidências da boa execução dos trabalhos ( cumprimento dos contratos inter-administrativos) através de utilização de plataforma informática gerida pelo Município;	Média	Média	Médio	- Controlo reforçado da boa execução dos protocolos com a devolução de verbas quando aplicável; - Rever e melhorar o processo de gestão dos contratos inter-administrativos.	
Licenciamento	Instrução e tramitação do Processo de Licenciamento	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios o que pode comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Regulamentos Municipais que definem as regras de licenciamento; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Vício na formação da vontade - Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorrência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação; - Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental; - Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP; - Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano; - Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado; - Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no levantamento das especificações técnicas adequadas	Gestão	- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo dos procedimentos aquisitivos	Gestão	- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes. - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública; - Inclusão da regra de rotatividade do júri na Norma de Controlo Interno do Município; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri intra departamento e não apenas intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já prevêm que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso." - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.ª Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.ª A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficácia do processo de gestão e monitorização dos contratos (incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Ordem de Serviço que define as funções dos gestores de contrato	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos Departamento de Sistemas de Informação
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Elevado volume de trabalhos complementares	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para profissionais de contratação pública, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes para esta área.	Alta	Média	Elevado	- Reforço das ações de sensibilização/formação	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Gestão de Candidaturas	Preparação e submissão de candidaturas	Incumprimento de requisitos e erros/falta de documentos instrutórios à submissão de candidaturas	Gestão	- O DMPEI verifica, através de uma check list todos os documentos instrutórios necessários à submissão das candidaturas.	Média	Média	Médio		
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Existência de conflitos de interesses que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Assegurar a subscrição do documento de inexistência de conflitos, quando aplicável; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Perda financeira para a autarquia devido ao incumprimento das taxas de execução física e financeira	Gestão	- Monitorização da execução física pelos serviços intervenientes, financeira e temporal da candidatura e caso aconteçam derrapagens são realizados ajustes à candidatura através de alterações ao projeto (prorrogação prazo, novas ações...); - Fundamentação para as incoerências detetadas entre o projeto submetido e a execução física efetiva; - Realização de auditorias por amostragem; - Ações decorrentes do papel afeto ao gestor de contrato e fiscal de obra.	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Perda financeira para a autarquia devido aos atrasos nos procedimentos administrativos referentes aos processos aquisitivos	Gestão	- Pedidos de prorrogação de prazos para a execução da candidatura devidamente fundamentados com as identificação detalhada das causas do atraso, que fundamentalmente são não imputáveis ao município; - Monitorização pelo DMPEI dos prazos de apresentação da execução da candidatura.	Baixa	Alta	Médio	- Revisão do processo aquisitivo pelo modelo Kaizen	Departamento Financeiro
Gestão de Candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Atraso no recebimento das verbas financiadas devido ao atraso nos pedidos de desembolso das candidaturas aprovadas	Gestão	- Mensalmente, são solicitados os autos, faturas e comprovativos de pagamento aos serviços que gerem contratos financiados por fundos comunitários.	Média	Média	Médio		

Grau do Risco	Natureza do Risco			
	Gestão	Corrupção e		TOTAL
		Infrações	Ética	
Muito Baixo				
Baixo	7			7
Médio	13	1	7	21
Elevado	1			1
Muito Elevado				
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>29</b>

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Gestão de Ativos Móveis	Gestão de Stocks	Risco de perda/deterioração de material	Gestão	- Procedimento de conferência e receção de materiais pelo gestor do contrato que assegura a inventariação do material; - Registo do material em SIG; - Manutenção dos registos físicos em suporte papel	Média	Média	Médio	- Informatizar o registo do histórico de substituições e avarias de material.	Divisão Serviços Ambientais/Departamento Sistemas de Informação
Licenciamento	Instrução e tramitação do Processo de Licenciamento	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios o que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Regulamentos Municipais que definem as regras de licenciamento; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Vício na formação da vontade- Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorrência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação; - Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental; - Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP; - Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano; - Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado; - Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no levantamento nas especificações técnicas adequadas	Gestão	- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo dos procedimentos aquisitivos	Gestão	- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação ; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública; 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos. - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri Intra departamento e não apenas Intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já prevêem que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso." - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública; - Inclusão na NCI do Município de norma que assegure que a participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos são cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Divisão de Contratação Pública
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficácia do processo de gestão e monitorização dos contratos (incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Ordem de Serviço que define as funções dos gestores de contrato.	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos Departamento de Sistemas de Informação
Atribuição de Subsídios	Elaboração de propostas de atribuição de apoios	Existência de conflitos de interesses nos processos de escolha das entidades que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade e a não persecução do interesse público	Ética	- Entrega de declaração de inexistência de conflito de interesses, no âmbito da instrução dos processos de atribuição de subsídios; - Cumprimento das regras regulamentares de atribuição de subsídios; - Análise do histórico da entidade beneficiária; - Segregação de funções; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Incumprimento dos protocolos celebrados no âmbito de atribuição dos apoios - utilização de verbas para fins distintos para os foram atribuídos	Gestão	- Assinatura de Protocolo que compromete as partes e determina a restituição da verba caso não seja cumprido o seu objeto ou não seja gasto na totalidade; - Verificação de comprovativos de realização de despesa previamente ou após à transferência das verbas de acordo com o Protocolo; - Verificação dos Planos e dos Relatórios de Atividades; - Sensibilização das instituições quanto à responsabilidade financeira; - Articulação com os Serviços de Auditoria sempre que implique uma análise económico-financeira.	Baixa	Média	Baixo	- Inclusão de declaração da entrega efetiva dos subsídios em espécie pela instrução beneficiária; - Formação aos gestores de contrato e na área fiscal para melhorar o processo de conferência de faturas.	Todas as UO que atribuem subsídios
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Incumprimento dos protocolos celebrados no âmbito de atribuição dos apoios - apresentação de comprovativos não elegíveis ou não apresentação dos mesmos	Gestão	- Cláusulas de restituição das verbas previstas no protocolo; - Definição de procedimentos internos de controlo de prazos de apresentação dos comprovativos; - Técnico Gestor verifica a entrega dos comprovativos nos prazos estabelecidos, solicitando-os no caso de incumprimento; - Sensibilização dos parceiros quanto à responsabilidade financeira.	Baixa	Média	Baixo		
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Existência de diferentes protocolos com as mesmas entidades, o que pode originar duplicação de obrigações contratuais e duplo financiamento	Gestão	- Realização de Auditorias Internas;	Baixa	Alta	Médio	- Centralização dos protocolos com vista ao seu controlo, monitorização e uniformização das regras protocoladas.	Administração
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Deficiente verificação dos comprovativos de despesa e dos prazos estabelecidos para a sua apresentação	Gestão	- Conferência das faturas emitidas; - Definição de procedimentos internos de controlo de prazos de apresentação dos comprovativos; - Técnico Gestor verifica a entrega dos comprovativos nos prazos estabelecidos, solicitando-os no caso de incumprimento; - Sensibilização dos parceiros quanto à responsabilidade financeira; - Realização de auditorias internas.	Baixa	Média	Baixo		
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Não regularização de situações de incumprimento	Gestão	- Cumprimento dos procedimentos adequados a cada situação, como nova deliberação de reunião de Câmara para acerto de contas ou restituição de verbas.	Baixa	Média	Baixo	- Mapa de gestão de subsídios entregues com indicação dos valores atribuídos, datas de apresentação e gestor afeto.	Todas as UO que atribuem subsídios
Gestão de Candidaturas	Preparação e submissão de candidaturas	Incumprimento de requisitos e erros/falta de documentos instrutórios à submissão de candidaturas	Gestão	- O DMPEI verifica, através de uma check list todos os documentos instrutórios necessários à submissão das candidaturas.	Média	Média	Médio		
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Existência de conflitos de interesses que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Assegurar a subscrição do documento de inexistência de conflitos, quando aplicável; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Perda financeira para a autarquia devido ao incumprimento das taxas de execução física e financeira	Gestão	- Monitorização da execução física pelos serviços intervenientes, financeira e temporal da candidatura e caso aconteçam derrapagens são realizados ajustes à candidatura através de alterações ao projeto (prorrogação prazo, novas ações...); - Fundamentação para as incoerências detetadas entre o projeto submetido e a execução física efetiva; - Realização de auditorias por amostragem; - Ações decorrentes do papel afeto ao gestor de contrato e fiscal de obra.	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Perda financeira para a autarquia devido aos atrasos nos procedimentos administrativos referentes aos processos aquisitivos	Gestão	- Pedidos de prorrogação de prazos para a execução da candidatura devidamente fundamentados com as identificação detalhada das causas do atraso, que fundamentalmente são não imputáveis ao município; - Monitorização pelo DMPEI dos prazos de apresentação da execução da candidatura.	Baixa	Alta	Médio	- Revisão do processo aquisitivo pelo modelo Kaizen	Departamento Financeiro
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Atraso no recebimento das verbas financiadas devido ao atraso nos pedidos de desembolso das candidaturas aprovadas	Gestão	- Mensalmente, são solicitados os autos, faturas e comprovativos de pagamento aos serviços que gerem contratos financiados por fundos comunitários.	Média	Média	Médio		
Proteção de dados	Avaliação de Impacto sobre Proteção de Dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Avaliações de impacto de novas atividades não realizadas e/ou não comunicadas ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Formação contínua no Regime Geral de Proteção de Dados às Unidades Orgânicas; - Realização das avaliações de impacto efetuadas atendendo às alterações de contexto e procedimentos; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Registo das avaliações de impacto em plataforma; - Implementação de ações corretivas e envio de orientações; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos pelo incumprimento do exercício dos direitos dos titulares de dados (de incidentes de violação de dados)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação ao Gabinete de Proteção de Dados dos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados	Ética	- Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Elaboração de minutos de consentimento para tratamento da imagem; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Proteção de dados	Comunicação de incidentes de violação de dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensibilização dos serviços para cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados , nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais ;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;</li> <li>- Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes.</li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Recolha ilegítima de dados pessoais com ou sem a sua divulgação	Ética	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Encriptação dos dados;</li> <li>- Sensibilização para as medidas de segurança de dados;</li> <li>- Revisitação dos formulários disponibilizados ao município;</li> <li>- Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Disponibilização da minuta de declaração de consentimento para tratamento de dados pessoais e da minuta de consentimento para o tratamento da imagem;</li> <li>- Inclusão de cláusulas de proteção de dados nos contratos públicos;</li> <li>- Inclusão de cláusulas de proteção de dados no processo de recrutamento e nos contratos individuais de trabalho;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.</li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Violação do dever de sigilo/privacidade/ danos nos direitos e liberdades das pessoas - Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração, aprovação e divulgação interna e externa da Política de Privacidade;</li> <li>- Inclusão na revisão do Código de Conduta e Ética de normas relativas à restrição de acessos à informação, aos procedimentos respeitantes a dados pessoais sensíveis e às medidas de acesso e arquivamento dos processos individuais dos/as trabalhadores/as;</li> <li>- Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados;</li> <li>- Inclusão de cláusula de privacidade e confidencialidade em todos os contratos celebrados pela autarquia( verificação por auditoria do cumprimento desta regra); - Revisitação aos contratos em subcontratação com reforço de solicitação dos mesmos aos serviços;</li> <li>- Controlo de toda a informação que contém dados pessoais através de uma plataforma que regista o modo como a informação é recolhida e tratada pelos serviços;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.</li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		

		Natureza do Risco			
		Gestão	Corrupção e Infrações Conexas	Ética	TOTAL
Grau do Risco	Muito Baixo				
	Baixo	8			8
	Médio	16	1	6	23
	Elevado	4		1	5
	Muito Elevado				
TOTAL		28	1	7	36

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Obras Municipais	Elaboração de Projetos	Coordenação deficiente	Gestão	- Articulação mais eficaz entre Divisão de Projetos e Promoção de Obras (DPPO) e Divisão de Gestão de Obras (DGO) com a definição de regras de acompanhamento da obra: frequência de visitas, prazo de resposta; - Equipa de revisão de projeto.	Média	Alta	Elevado	- Reforço de recursos humanos com conhecimentos adequados	Departamento de Obras/Departamento de Recursos Humanos
Obras Municipais	Elaboração de Projetos	Deficiências maiores no projeto de execução que pode originar existência de erros, omissões ou incongruências nos projetos	Gestão	- Revisão de todos os projetos; - Revisão com equipas multidisciplinares.	Média	Média	Médio		
Obras Municipais	Elaboração de Projetos	Incompatibilidades entre as várias especialidades que compreendem o projeto	Gestão	- Revisão de todos os projetos.	Média	Média	Médio	- Implementação do Sistema BIM	Departamento de Obras
Obras Municipais	Elaboração de Projetos	Inexistência ou deficiência no programa base que pode originar atrasos no desenvolvimento do projeto e alterações extemporâneas	Gestão	- Fixação do programa base no início do trabalho do projeto.	Média	Média	Médio	- Consolidar o cruzamento da informação com os vários intervenientes (utilizadores e administração)	Departamento de Obras
Obras Municipais	Elaboração de Projetos	Insuficientes critérios de avaliação dos projetistas	Gestão	- Fixação de 3 parâmetros; - Revisão dos parâmetros fixados na avaliação dos projetistas.	Baixa	Média	Baixo		
Obras Municipais	Elaboração de Projetos	Preço base inadequado	Gestão	- Adoção de quadro mapa para formação de preços com base em tempos afetados, áreas e categorias profissionais; - Gerenciador de preços CYPE; - Adoção da prática de comparação entre os dados fornecidos pelo gerenciador de preços CYPE e os preços de obras recentes.	Média	Média	Médio		
Obras Municipais	Execução de Obras	Erros em obra motivados pela inexistência ou deficiente revisão de projeto	Gestão	- Revisão do projeto; - Elaboração de uma checklist que permita a verificação de todos os aspetos relevantes antes da consignação da obra.	Baixa	Média	Baixo	- Reforço de recursos humanos com conhecimentos adequados	Departamento de Obras/Departamento de Recursos Humanos
Obras Municipais	Execução de Obras	Apropriação indevida de bens públicos	Gestão	- Comunicação dos limites dos terrenos/áreas sobranes à Divisão de Gestão Patrimonial; - Comunicação no final da obra à Divisão de Património; - Instituição de procedimento para vedação dos terrenos.	Baixa	Alta	Médio		
Obras Municipais	Execução de Obras	Incumprimentos dos contrato ao nível do prazo de execução e quantidade e qualidade dos trabalhos realizados	Gestão	- Aplicação das cláusulas de penalidades definidas no caderno de encargos; - Acompanhamento da obra pela equipa de fiscalização; - Alargamento do processo de avaliação aos empreiteiros, aplicável apenas nos concursos com convite.	Baixa	Média	Baixo		
Obras Municipais	Execução de Obras	Prorrogações de prazo onerosas	Gestão	- Revisão do projeto; - Elaboração de uma checklist que permita a verificação de todos os aspetos relevantes antes da consignação da obra; - Elaboração de uma checklist que permita a verificação de todos os aspetos relevantes antes da consignação da obra.	Baixa	Média	Baixo		
Obras Municipais	Fiscalização de Obras Municipais	Ocorrência de erro de medição da obra por parte da equipa da fiscalização	Gestão	- Assegurar medição frequente e rigorosa da obra; - Repetição de medição por parte da fiscalização sempre que o artigo ultrapasse 10% do inicialmente previsto.	Baixa	Média	Baixo		
Obras Municipais	Fiscalização de Obras Municipais	Incumprimento de regras e procedimentos de fiscalização	Ética		Baixa	Alta	Médio		

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Obras Municipais	Fiscalização de Obras Municipais	Insuficiente acompanhamento das empreitadas pelo fiscal e/ou pelo gestor dos contratos por falta de recursos humanos potenciando execução de trabalhos em desconformidade com o projeto	Gestão		Média	Alta	Elevado	- Reforço de recursos humanos com conhecimentos adequados	Departamento de Obras/Departamento de Recursos Humanos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Vício na formação da vontade - Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorrência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação; - Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental; - Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP; - Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano; - Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado; - Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no levantamento nas especificações técnicas adequadas	Gestão	- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo dos procedimentos aquisitivos	Gestão	- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos. - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri Intra departamento e não apenas Intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço/execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já prevêm que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso." - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Suporte de encargos legalmente não devidos por terem sido apresentados intempestivamente (revisões extraordinárias de preços)	Ética	- Verificação de que as receções provisórias foram efetuadas tempestivamente através da consulta da faturação da obra; - Esclarecimento/sensibilização dos compradores nas reuniões semanais da DCP do conteúdo do Decreto-Lei n.º 36/2022 que estabelece um regime excecional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos, e cuja vigência foi prorrogada até 31/12/2023, que dispõe no seu artigo 3.º que o pedido de revisão extraordinária de preços deve (que em termos jurídico tem o sentido de obrigação) ser apresentado ao dono da obra, até à receção provisória da obra; - Inversão do procedimento de comunicação da receção provisória, promovendo a Divisão de Gestão Patrimonial a inquirição dos serviços responsáveis pelas obras a entrada ou não em funcionamento do equipamento - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Média	Alta	Elevado		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública; - Inclusão na NCI do Município de norma que assegure que a participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos são cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Todas as UIQ que intervenham nos processos aquisitivos
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficácia do processo de gestão e monitorização dos contratos ( incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Ordem de Serviço que define as funções dos gestores de contrato	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos Departamento de Sistemas de Informação
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Elevado volume de trabalhos complementares	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para profissionais de contratação pública, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes para esta área.	Alta	Média	Elevado	- Reforço das ações de sensibilização/formação	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Gestão de Candidaturas	Preparação e submissão de candidaturas	Incumprimento de requisitos e erros/falta de documentos instrutórios à submissão de candidaturas	Gestão	- O DMPEI verifica, através de uma check list todos os documentos instrutórios necessários à submissão das candidaturas.	Média	Média	Médio		
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Existência de conflitos de interesses que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Assegurar a subscrição do documento de inexistência de conflitos, quando aplicável; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Perda financeira para a autarquia devido ao incumprimento das taxas de execução física e financeira	Gestão	- Monitorização da execução física pelos serviços intervenientes, financeira e temporal da candidatura e caso aconteçam derrapagens são realizados ajustes à candidatura através de alterações ao projeto (prorrogação prazo, novas ações...); - Fundamentação para as incoerências detetadas entre o projeto submetido e a execução física efetiva; - Realização de auditorias por amostragem; - Ações decorrentes do papel afeto ao gestor de contrato e fiscal de obra.	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Perda financeira para a autarquia devido aos atrasos nos procedimentos administrativos referentes aos processos aquisitivos	Gestão	- Pedidos de prorrogação de prazos para a execução da candidatura devidamente fundamentados com as identificação detalhada das causas do atraso, que fundamentalmente são não imputáveis ao município; - Monitorização pelo DMPEI dos prazos de apresentação da execução da candidatura.	Baixa	Alta	Médio	- Revisão do processo aquisitivo pelo modelo Kaizen	Departamento Financeiro
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Atraso no recebimento das verbas financiadas devido ao atraso nos pedidos de desembolso das candidaturas aprovadas	Gestão	- Mensalmente, são solicitados os autos, faturas e comprovativos de pagamento aos serviços que gerem contratos financiados por fundos comunitários.	Média	Média	Médio		
Proteção de dados	Avaliação de Impacto sobre Proteção de Dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Avaliações de impacto de novas atividades não realizadas e/ou não comunicadas ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Formação contínua no Regime Geral de Proteção de Dados às Unidades Orgânicas; - Reanálise das avaliações de impacto efetuadas atendendo às alterações de contexto e procedimentos; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Registo das avaliações de impacto em plataforma; - Implementação de ações corretivas e envio de orientações; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos pelo incumprimento do exercício dos direitos dos titulares de dados (de incidentes de violação de dados)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação ao Gabinete de Proteção de Dados dos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados	Ética	- Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Elaboração de minutos de consentimento para tratamento da imagem; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Proteção de dados	Comunicação de incidentes de violação de dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensibilização dos serviços para cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados, nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;</li> <li>- Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes.</li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Recolha ilegítima de dados pessoais com ou sem a sua divulgação	Ética	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Encriptação dos dados;</li> <li>- Sensibilização para as medidas de segurança de dados;</li> <li>- Revisitação dos formulários disponibilizados ao município;</li> <li>- Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Disponibilização da minuta de declaração de consentimento para tratamento de dados pessoais e da minuta de consentimento para o tratamento da imagem;</li> <li>- Inclusão de cláusulas de proteção de dados nos contratos públicos;</li> <li>- Inclusão de cláusulas de proteção de dados no processo de recrutamento e nos contratos individuais de trabalho;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.</li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Violação do dever de sigilo/privacidade/ danos nos direitos e liberdades das pessoas - Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração, aprovação e divulgação interna e externa da Política de Privacidade;</li> <li>- Inclusão na revisão do Código de Conduta e Ética de normas relativas à restrição de acessos à informação, aos procedimentos respeitantes a dados pessoais sensíveis e às medidas de acesso e arquivamento dos processos individuais dos/as trabalhadores/as;</li> <li>- Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados;</li> <li>- Inclusão de cláusula de privacidade e confidencialidade em todos os contratos celebrados pela autarquia (verificação por auditoria do cumprimento desta regra);</li> <li>- Revisitação aos contratos em subcontratação com reforço de solicitação dos mesmos aos serviços;</li> <li>- Controlo de toda a informação que contém dados pessoais através de uma plataforma que regista o modo como a informação é recolhida e tratada pelos serviços;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.</li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		

		Natureza do Risco			
		Gestão	Corrupção e Infrações Conexas	Ética	TOTAL
Grado de Risco	Muito Baixo				
	Baixo	4			4
	Médio	17	1	8	26
	Elevado	4	1		5
	Muito Elevado	2			2
TOTAL		27	2	8	37

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Planeamento territorial	Elaboração, revisão, monitorização e gestão do Plano Diretor Municipal, dos planos de urbanização e de pormenor bem como outros estudos de planeamento e ordenamento do território	Risco de deformação do interesse público por parte dos agentes envolvidos nos processos do Planeamento	Gestão	- Publicação e manutenção de informação atualizada em página internet e em relatórios do estado de ordenamento do território; - Por imposição legal, os IGT (Instrumentos de Gestão Territorial) são submetidos à discussão pública, aprovados pelo órgão executivo e deliberativo e acompanhados pela CCDRN e outras entidades que por lei devam participar na elaboração dos IGT; - Discussão Pública; - Ponderação da participação dos interessados, publicação página internet e boletins municipais.	Baixa	Alta	Médio	- Alinhamento de instrumentos de gestão estratégicos (GOP, CARTAS TEMÁTICAS e estudos sectoriais e outros instrumentos de decisões estratégicas).	
Planeamento territorial	Participação ativa na gestão do solo urbano, do solo rústico, ambiental e paisagística do concelho, e nas áreas dos instrumentos de gestão territorial: UOPG ( Unidades Operativas de Planeamento e Gestão) e AUDAC ( Áreas Urbanas Disponíveis a Consolidar)	Paradigma relacional entre o público e os serviços, geralmente estático, de reação face ao pedido, e não de proação face aos desígnios municipais, pode levar ao descrédito da Divisão	Gestão	- Promoção de reuniões conjuntas com os proprietários onde as soluções territoriais são discutidas, num processo de construção coletiva do território, levando a cabo a comunicação de toda as fases, nas quais é necessária a participação ativa dos proprietários, na concretização dos desenvolvimentos da AUDAC e UOPG.	Baixa	Média	Baixo	- Promoção de maior número de reuniões conjuntas com os proprietários.	
Planeamento territorial	Participação ativa na gestão do solo urbano, do solo rústico, ambiental e paisagística do concelho, e nas áreas dos instrumentos de gestão territorial: UOPG ( Unidades Operativas de Planeamento e Gestão) e AUDAC ( Áreas Urbanas Disponíveis a Consolidar)	Risco de deformação do interesse público por parte dos agentes envolvidos nos processos do Planeamento	Gestão	- Publicação e manutenção de informação atualizada em página internet e em relatórios do estado de ordenamento do território; - Por imposição legal, os IGT (Instrumentos de Gestão Territorial) são submetidos à discussão pública, aprovados pelo órgão executivo e deliberativo e acompanhados pela CCDRN e outras entidades que por lei devam participar na elaboração dos IGT; - Discussão Pública; - Ponderação da participação dos interessados, publicação página internet e boletins municipais.	Baixa	Alta	Médio		
Gestão Urbanística	Análise de procedimentos sujeitos a controlo prévio, previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	Violação dos deveres de isenção, transparência e imparcialidade na análise e decisão dos processos	Ética	- Sistema de distribuição aleatória de processos; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão Urbanística	Análise de procedimentos sujeitos a controlo prévio, previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta	Média	Alta	Elevado	- Batequeto de acesso à informação; - Acesso restrito à informação; - Definir critérios quanto à informação elegível para divulgação (ex: elaboração de protocolo interno);	Departamento de Urbanismo/Departamento de Sistemas de Informação
Gestão Urbanística	Análise de procedimentos sujeitos a controlo prévio, previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	Incumprimento dos prazos legais de resposta devido a: falta de fluxos adequados a todo o tipo de procedimentos; necessidade de consultas internas a outras unidades orgânicas	Gestão	- Aperfeiçoamento da plataforma existente; - Criação de fluxos para os diferentes tipos de pedidos; - Realização de ações de sensibilização junto das unidades orgânicas a emitir pareceres determinantes para o cumprimento legal dos prazos.	Média	Alta	Elevado	- Revisão dos fluxos dos procedimentos por força da alteração à legislação vigente; - Introdução de fluxos com monitorização de prazo; - Interoperabilidade das ferramentas EdoLink e SIG; - Adoção da metodologia Kaizen.	Departamento de Urbanismo/Departamento de Sistemas de Informação
Gestão Urbanística	Análise de procedimentos sujeitos a controlo prévio, previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	Incorreta avaliação dos projetos e consequências para os municípios	Gestão	- Equipa técnica especializada para assegurar a informação georreferenciada; - Digitalização dos processos antigos; - Georreferenciação e sempre que necessário, a digitalização dos antecedentes.	Baixa	Alta	Médio	- Formação recorrente; - Disponibilização de toda a informação/documentação digitalizada e georreferenciada de todos os processos, incluindo o passivo; - Reforço de recursos humanos; - Digitalização realizada em cumprimento com as regras arquivistas, para acesso imediato e esclarecedor; - Interoperabilidade das ferramentas EdoLink, SIG e outras bases de dados; Adoção da metodologia Kaizen;	Departamento de Urbanismo/Departamento de Recursos Humanos
Fiscalização Urbanística	Fiscalização de operações urbanísticas em curso decorrentes de títulos ou de procedimentos prévios	Violação dos deveres de isenção e imparcialidade no acompanhamento das ações de fiscalização	Ética	- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Distribuição dos agentes de fiscalização de forma aleatória; - Criação de equipa e de obra a determinar de forma aleatória (SIG) para, em coabância temporal a determinar (ex: 30 dias), realizarem ações de fiscalização extraordinárias, sem pré-aviso quer dos agentes de fiscalização, quer agentes particulares, - Formação no Regime Geral de Prevenção da Corrupção.	Departamento de Urbanismo
Fiscalização Urbanística	Fiscalização de operações urbanísticas em curso decorrentes de títulos ou de procedimentos prévios	Violação dos deveres de isenção e imparcialidade devido à manutenção de equipas fixas de fiscalização por área geográfica, o que pode conduzir à manipulação dos critérios de avaliação	Ética	- Sistema de distribuição aleatória de processos sem afetação de área de território pré definida; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Elaboração de guias de boas práticas de obra e dos procedimentos associados ao desenvolvimento da obra; - Adoção da metodologia Kaizen.	Departamento de Urbanismo
Fiscalização Urbanística	Fiscalização de operações urbanísticas em curso decorrentes de títulos ou de procedimentos prévios	Deficiente acompanhamento/fiscalização em obra potenciado por inadequação de recursos humanos e de ferramentas informáticas de gestão	Gestão	- Registo e controlos manuais efetuados em SIG e em gestão documental e mapas Excel.	Alta	Alta	Muito Elevado	- Interoperabilidade das ferramentas EdoLink e SIG; - Plano de acompanhamento de obra e definição de critérios de prioridade.	Departamento de Urbanismo/Departamento de Sistemas de Informação

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Fiscalização Urbanística	Fiscalização de operações urbanísticas em curso decorrentes de títulos ou de procedimentos prévios	Deteção/identificação das desconformidades e/ou infrações extemporâneas - ineficácia de fiscalização preventiva e de atuação em tempo útil	Gestão	- Realização de inspeções programadas assistematicamente;	Alta	Alta	Muito Elevado	- Plano de acompanhamento de obra com programação de acompanhamento da obra em momentos decisivos e de maior probabilidade de alterações com consequências irreversíveis ou de difícil resolução e com impacto para o ordenamento do território.	Departamento de Urbanismo
Fiscalização Urbanística	Fiscalização de operações urbanísticas em curso decorrentes de títulos ou de procedimentos prévios	Decisões extemporâneas de aplicação de medidas de tutela - inconsequências aos munícipes - ineficácia da ação da medida em tempo útil	Gestão	- Registo e controlos manuais efetuados em SIG e em gestão documental e mapas Excel.	Média	Alta	Elevado	- Fiscalização sistemática; - Fiscalização preventiva.	Departamento de Urbanismo
Fiscalização Urbanística	Fiscalização de operações urbanísticas em curso decorrentes de títulos ou de procedimentos prévios	Incumprimento de prazos para verificação de conformidades e condições de caducidade	Gestão		Média	Média	Médio	- Criação de um sistema de alertas na aplicação informática relativamente ao controlo de prazos; - Fiscalização preventiva; - Adoção da metodologia Kaizen.	Departamento de Urbanismo
Fiscalização Urbanística	Comunicação prévia de utilização e comunicação prévia de alteração de utilização	Incumprimento de prazos	Gestão	- Controlo manual do cumprimento de prazos.	Média	Média	Médio	- Criação de um sistema de alertas na aplicação informática relativamente ao controlo de prazos; - Adoção da metodologia Kaizen;	Departamento de Urbanismo
Fiscalização Urbanística	Comunicação prévia de utilização e comunicação prévia de alteração de utilização	Deteção/identificação das desconformidades e/ou infrações extemporâneas e de atuação em tempo útil	Gestão	- Atendimentos técnicos e comunicação por email; - Processo é efetuado através da gestão documental permitindo o controlo de prazos de atuação.	Média	Média	Médio	- Elaboração de guias associados à conclusão da obra e dos procedimentos necessários; - Plano de comunicação interdepartamental;	Departamento de Urbanismo
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Vício na formação da vontade - Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorrência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação; - Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental; - Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP; - Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano; - Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado; - Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.	Todas as UIO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no levantamento nas especificações técnicas adequadas	Gestão	- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo do procedimento aquisitivos	Gestão	- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.	Todas as UIO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do prep base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do prep anormalmente baixo)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o prep base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes. - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o prep base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controles Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública; 1.ª Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.ª Participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos. - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri intra departamento e não apenas intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já prevêem que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso -" - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública; 1.ª Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.ª Participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficácia do processo de gestão e monitorização dos contratos ( incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Ordem de Serviço que define as funções dos gestores de contrato	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos Departamento de Sistemas de Informação
Gestão de Candidaturas	Preparação e submissão de candidaturas	Incumprimento de requisitos e erros/falta de documentos instrutórios à submissão das candidaturas	Gestão	- O DMPEI verifica, através de uma check list todos os documentos instrutórios necessários à submissão das candidaturas.	Média	Média	Médio		
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Existência de conflitos de interesses que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Assegurar a subscrição do documento de inexistência de conflitos, quando aplicável; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Perda financeira para a autarquia devido ao incumprimento das taxas de execução física e financeira, motivado pelo estrangulamento dos prazos previstos no atual quadro comunitário	Gestão	- Monitorização da execução física pelos serviços intervenientes, financeira e temporal da candidatura e caso aconteçam derrapagens são realizados ajustes à candidatura através de alterações ao projeto (prorrogação prazo, novas ações...); - Fundamentação para as incoerências detetadas entre o projeto submetido e a execução física efetiva; - Realização de auditorias por amostragem; - Ações decorrentes do papel afeto ao gestor de contrato e fiscal de obra.	Média	Alta	Elevado		
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Perda financeira/ incumprimento dos requisitos das candidaturas devido a incumprimentos contratuais impeditivos aos adjudicatários	Gestão	- Aplicação de penalidades pelos incumprimentos contratuais.	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Perda financeira para a autarquia devido aos atrasos nos procedimentos administrativos referentes aos processos aquisitivos	Gestão	- Pedidos de prorrogação de prazos para a execução da candidatura devidamente fundamentados com as identificação detalhada das causas do atraso, que fundamentalmente são não imputáveis ao município; - Monitorização pelo DMPEI dos prazos de apresentação da execução da candidatura.	Baixa	Alta	Médio	- Revisão do processo aquisitivo pelo modelo Kaizen	Departamento Financeiro
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Atraso no recebimento das verbas financiadas devido ao atraso nos pedidos de desembolso das candidaturas aprovadas	Gestão	- Mensalmente, são solicitados os autos, faturas e comprovativos de pagamento aos serviços que gerem contratos financiados por fundos comunitários.	Média	Média	Médio		
Proteção de dados	Avaliação de Impacto sobre Proteção de Dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Avaliações de impacto de novas atividades não realizadas e/ou não comunicadas ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Formação contínua no Regime Geral de Proteção de Dados às Unidades Orgânicas; - Reanálise das avaliações de impacto efetuadas atendendo às alterações de contexto e procedimentos; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Registo das avaliações de impacto em plataforma; - Implementação de ações corretivas e envio de orientações; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos pelo incumprimento do exercício dos direitos dos titulares de dados (de incidentes de violação de dados)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação ao Gabinete de Proteção de Dados dos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados	Ética	- Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados, e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Elaboração de minutos de consentimento para tratamento da imagem; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos de incidentes de violação de dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Sensibilização dos serviços para cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados, nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais ; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta; - Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Recolha ilegítima de dados pessoais com ou sem a sua divulgação	Ética	- Encriptação dos dados; - Sensibilização para as medidas de segurança de dados; - Revisitação dos formulários disponibilizados ao município; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Disponibilização da minuta de declaração de consentimento para tratamento de dados pessoais e da minuta de consentimento para o tratamento da imagem; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados nos contratos públicos; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados no processo de recrutamento e nos contratos individuais de trabalho; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Violação do dever de sigilo/privacidade/ danos nos direitos e liberdades das pessoas - Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração, aprovação e divulgação interna e externa da Política de Privacidade;</li> <li>- Inclusão na revisão do Código de Conduta e Ética de normas relativas à restrição de acessos à informação, aos procedimentos respeitantes a dados pessoais sensíveis e às medidas de acesso e arquivamento dos processos individuais dos/as trabalhadores/as;</li> <li>- Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados;</li> <li>- Inclusão de cláusula de privacidade e confidencialidade em todos os contratos celebrados pela autarquia/ verificação por auditoria do cumprimento desta regra); - Revisitação aos contratos em subcontratação com reforço de solicitação dos mesmos aos serviços;</li> <li>- Controlo de toda a informação que contém dados pessoais através de uma plataforma que regista o modo como a informação é recolhida e tratada pelos serviços;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: <ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de formação no RGPC;</li> <li>Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;</li> <li>Código de Ética e Conduta.</li> </ul> </li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		

		Natureza do Risco			
		Gestão	Corrupção e Infrações Conexas	Ética	TOTAL
Grau do Risco	Muito Baixo				
	Baixo	7			7
	Médio	12	2	7	21
	Elevado	1			1
	<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>29</b>

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Segurança contra incêndios em Edifícios	Fiscalização da Segurança Contra Incêndios em Edifícios na 1ª categoria de risco	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios o que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Segurança contra incêndios	Fiscalização da Segurança Contra Incêndios em Edifícios na 1ª categoria de risco	Corrupção ativa ou passiva nos vários procedimentos tramitados pela CMM pelos técnicos que influenciam as decisões e pelos próprios decisores - Recebimento indevido de verbas para condicionar o processo de decisão	Corrupção e Infrações Conexas	- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Vício na formação da vontade - Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorrência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação; - Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental; - Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP; - Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano; - Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado; - Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no levantamento nas especificações técnicas adequadas	Gestão	- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo dos procedimento aquisitivos	Gestão	- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controles Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes. - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos. - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri Intra departamento e não apenas Intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já prevêem que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso." - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficiência do processo de gestão e monitorização dos contratos (incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Ordem de Serviço que define as funções dos gestores de contrato	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos Departamento de Sistemas de Informação
Atribuição de Subsídios	Elaboração de propostas de atribuição de apoios	Existência de conflitos de interesses nos processos de escolha das entidades que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade e a não persecução do interesse público	Ética	- Entrega de declaração de inexistência de conflito de interesses, no âmbito da instrução dos processos de atribuição de subsídios; - Cumprimento das regras regulamentares de atribuição de subsídios; - Análise do histórico da entidade beneficiária; - Segregação de funções; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Incumprimento dos protocolos celebrados no âmbito de atribuição dos apoios - utilização de verbas para fins distintos para os foram atribuídos	Gestão	- Assinatura de Protocolo que compromete as partes e determina a restituição da verba caso não seja cumprido o seu objeto ou não seja gasto na totalidade; - Verificação de comprovativos de realização de despesa previamente ou após à transferência das verbas de acordo com o Protocolo; - Verificação dos Planos e dos Relatório de Atividades; - Sensibilização das instituições quanto à responsabilidade financeira; - Articulação com os Serviços de Auditoria sempre que implique uma análise económico-financeira.	Baixa	Média	Baixo	- Inclusão de declaração da entrega efetiva dos subsídios em espécie pela instituição beneficiária; - Formação aos gestores de contrato e na área fiscal para melhorar o processo de conferência de faturas.	Todas as UO que atribuem subsídios
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Incumprimento dos protocolos celebrados no âmbito de atribuição dos apoios - apresentação de comprovativos não elegíveis ou não apresentação dos mesmos	Gestão	- Cláusulas de restituição das verbas previstas no protocolo; - Definição de procedimentos internos de controlo de prazos de apresentação dos comprovativos; - Técnico Gestor verifica a entrega dos comprovativos nos prazos estabelecidos, solicitando-os no caso de incumprimento; - Sensibilização dos parceiros quanto à responsabilidade financeira.	Baixa	Média	Baixo		
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Existência de diferentes protocolos com as mesmas entidades, o que pode originar duplicação de obrigações contratuais e duplo financiamento	Gestão	- Realização de Auditorias Internas;	Baixa	Alta	Médio	- Centralização dos protocolos com vista ao seu controlo, monitorização e uniformização das regras protocoladas.	Administração
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Deficiente verificação dos comprovativos de despesa e dos prazos estabelecidos para a sua apresentação	Gestão	- Conferência das faturas emitidas; - Definição de procedimentos internos de controlo de prazos de apresentação dos comprovativos; - Técnico Gestor verifica a entrega dos comprovativos nos prazos estabelecidos, solicitando-os no caso de incumprimento; - Sensibilização dos parceiros quanto à responsabilidade financeira; - Realização de auditorias internas.	Baixa	Média	Baixo		
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Não regularização de situações de incumprimento	Gestão	- Cumprimento dos procedimentos adequados a cada situação, como nova deliberação de reunião de Câmara para acerto de contas ou restituição de verbas.	Baixa	Média	Baixo	- Mapa de gestão de subsídios entregues com indicação dos valores atribuídos, datas de apresentação e gestor afeto.	Todas as UO que atribuem subsídios
Gestão de Candidaturas	Preparação e submissão de candidaturas	Incumprimento de requisitos e erros/falta de documentos instrutórios à submissão de candidaturas	Gestão	- O DMPEI verifica, através de uma check list todos os documentos instrutórios necessários à submissão das candidaturas.	Média	Média	Médio		
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Existência de conflitos de interesses que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Assegurar a subscrição do documento de inexistência de conflitos, quando aplicável; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controles Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Perda financeira para a autarquia devido ao incumprimento das taxas de execução física e financeira, motivado pelo estrangulamento dos prazos previstos no atual quadro comunitário	Gestão	- Monitorização da execução física pelos serviços intervenientes, financeira e temporal da candidatura e caso aconteçam derrapagens são realizados ajustes à candidatura através de alterações ao projeto (prorrogação prazo, novas ações...); - Fundamentação para as incógnitas detetadas entre o projeto submetido e a execução física efetiva; - Realização de auditorias por amostragem; - Ações decorrentes do papel afeto ao gestor de contrato e fiscal de obra.	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Perda financeira para a autarquia devido aos atrasos nos procedimentos administrativos referentes aos processos aquisitivos	Gestão	- Pedidos de prorrogação de prazos para a execução da candidatura devidamente fundamentados com as identificação detalhada das causas do atraso, que fundamentalmente são não imputáveis ao município; - Monitorização pelo DMPEI dos prazos de apresentação da execução da candidatura.	Baixa	Alta	Médio	- Revisão do processo aquisitivo pelo modelo Kaizen	Departamento Financeiro
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Atraso no recebimento das verbas financiadas devido ao atraso nos pedidos de desembolso das candidaturas aprovadas	Gestão	- Mensalmente, são solicitados os autos, faturas e comprovativos de pagamento aos serviços que gerem contratos financiados por fundos comunitários.	Média	Média	Médio		
Proteção de dados	Avaliação de Impacto sobre Proteção de Dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Avaliações de impacto de novas atividades não realizadas e/ou não comunicadas ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Formação contínua no Regime Geral de Proteção de Dados às Unidades Orgânicas; - Reanálise das avaliações de impacto efetuadas atendendo às alterações de contexto e procedimentos; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Registo das avaliações de impacto em plataforma; - Implementação de ações corretivas e envio de orientações; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos pelo incumprimento do exercício dos direitos dos titulares de dados (de incidentes de violação de dados)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação ao Gabinete de Proteção de Dados dos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados	Ética	- Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Elaboração de minutas de consentimento para tratamento da imagem; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Comunicação de incidentes de violação de dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Sensibilização dos serviços para cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados, nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta; - Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Recolha ilegítima de dados pessoais com ou sem a sua divulgação	Ética	- Criptação dos dados; - Sensibilização para as medidas de segurança de dados; - Revisitação dos formulários disponibilizados ao município; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Disponibilização da minuta de declaração de consentimento para tratamento de dados pessoais e da minuta de consentimento para o tratamento da imagem; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados nos contratos públicos; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados no processo de recrutamento e nos contratos individuais de trabalho; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Violação do dever de sigilo/privacidade/danos nos direitos e liberdades das pessoas - Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Elaboração, aprovação e divulgação interna e externa da Política de Privacidade; - Inclusão na revisão do Código de Conduta e Ética de normas relativas à restrição de acessos à informação, aos procedimentos respeitantes a dados pessoais sensíveis e às medidas de acesso e arquivamento dos processos individuais dos/as trabalhadores/as; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Inclusão de cláusula de privacidade e confidencialidade em todos os contratos celebrados pela autarquia (verificação por auditoria do cumprimento desta regra); - Revisitação aos contratos em subcontratação com reforço de solicitação dos mesmos aos serviços; - Controlo de toda a informação que contém dados pessoais através de uma plataforma que regista o modo como a informação é recolhida e tratada pelos serviços; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		

Grau do Risco	Natureza do Risco			TOTAL
	Gestão	Corrupção e Infrações Conexas	Ética	
Muito Baixo				
Baixo	7			7
Médio	14	3	7	24
Elevado	1			1
Muito Elevado				
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>32</b>

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Fiscalização Geral	Fiscalização no âmbito das competências do cumprimento das leis, posturas e regulamentos municipais	Extravio de numerário proveniente do pagamento dos autos/taxas de bloqueamento, remoção e depósito de viaturas	Corrupção e Infrações Conexas	- Utilização da plataforma GIC onde são elaborados e registados os autos/taxas; - Existência de um cofre para depósito de numerário - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Fiscalização Geral	Fiscalização no âmbito das competências do cumprimento das leis, posturas e regulamentos municipais	Não levantamento de autos pela Polícia/Fiscalização Municipal relativamente a atos ilícitos	Ética	- É assegurado que todos/as agentes têm conhecimento técnico adequado; - Sistema de rotatividade dos/as agentes/fiscais por zona; - Ações de formação frequentes relativamente aos códigos e regulamentos no âmbito da atividade de fiscalização municipal; - Realização de reuniões frequentes com o objetivo de clarificar os objetivos do serviço e harmonização e uniformização de formas de atuação no terreno; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Fiscalização Geral	Fiscalização no âmbito das competências do cumprimento das leis, posturas e regulamentos municipais	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios o que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade e favorecimentos	Corrupção e Infrações Conexas	- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Fiscalização Geral	Fiscalização no âmbito das competências do cumprimento das leis, posturas e regulamentos municipais	Incumprimento de prazos e imposições legais devido a escassez de recursos humanos	Gestão	- Contratação de Fiscais para o serviço.	Baixa	Alta	Médio		
Fiscalização Geral	Fiscalização no âmbito das competências do cumprimento das leis, posturas e regulamentos municipais	Atraso por parte da Fiscalização Municipal, no envio dos autos de notícia, ao serviço de Contraordenações	Gestão	- Utilização da plataforma GIC onde são elaborados e registados os autos, permitindo que serviço das Contraordenações tenha acesso e conhecimento dos autos elaborados.	Baixa	Alta	Médio		

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controles Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planejamento	Vício na formação da vontade - Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorrência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento;</li> <li>- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação;</li> <li>- Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação;</li> <li>- Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental;</li> <li>- Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP;</li> <li>- Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano;</li> <li>- Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada;</li> <li>- Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: <ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de formação no RGPC;</li> <li>Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;</li> <li>Código de Ética e Conduta.</li> </ul> </li> </ul>	Baixa	Alta	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado;</li> <li>- Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.</li> </ul>	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planejamento	Falha no levantamento nas especificações técnicas adequadas	Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação;</li> <li>- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.</li> </ul>	Média	Média	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos</li> </ul>	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planejamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo dos procedimento aquisitivos	Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação ;</li> <li>- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.</li> </ul>	Média	Média	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.</li> </ul>	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento;</li> <li>- Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão;</li> <li>- Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: <ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de formação no RGPC;</li> <li>Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;</li> <li>Código de Ética e Conduta;</li> </ul> </li> </ul>	Baixa	Alta	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.</li> </ul>	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes;</li> <li>- Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes;</li> <li>- Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: <ol style="list-style-type: none"> <li>reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente;</li> <li>instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor;</li> <li>elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa</li> </ol> </li> </ul>	Média	Média	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação para os gestores de contrato;</li> <li>- Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.</li> </ul>	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controles Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes. - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos. - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri Intra departamento e não apenas Intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já prevêem que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso." - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficácia do processo de gestão e monitorização dos contratos ( incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Ordem de Serviço que define as funções dos gestores de contrato	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos Departamento de Sistemas de Informação
Atribuição de Subsídios	Elaboração de propostas de atribuição de apoios	Existência de conflitos de interesses nos processos de escolha das entidades que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade e a não persecução do interesse público	Ética	- Entrega de declaração de inexistência de conflito de interesses, no âmbito da instrução dos processos de atribuição de subsídios; - Cumprimento das regras regulamentares de atribuição de subsídios; - Análise do histórico da entidade beneficiária; - Segregação de funções; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Incumprimento dos protocolos celebrados no âmbito de atribuição dos apoios - utilização de verbas para fins distintos para os foram atribuídos	Gestão	- Assinatura de Protocolo que compromete as partes e determina a restituição da verba caso não seja cumprido o seu objeto ou não seja gasto na totalidade; - Verificação de comprovativos de realização de despesa previamente ou após à transferência das verbas de acordo com o Protocolo; - Verificação dos Planos e dos Relatórios de Atividades; - Sensibilização das instituições quanto à responsabilidade financeira; - Articulação com os Serviços de Auditoria sempre que implique uma análise económico-financeira.	Baixa	Média	Baixo	- Inclusão de declaração da entrega efetiva dos subsídios em espécie pela instituição beneficiária; - Formação aos gestores de contrato e na área fiscal para melhorar o processo de conferência de faturas.	Todas as UO que atribuem subsídios
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Incumprimento dos protocolos celebrados no âmbito de atribuição dos apoios - apresentação de comprovativos não elegíveis ou não apresentação dos mesmos	Gestão	- Cláusulas de restituição das verbas previstas no protocolo; - Definição de procedimentos internos de controlo de prazos de apresentação dos comprovativos; - Técnico Gestor verifica a entrega dos comprovativos nos prazos estabelecidos, solicitando-os no caso de incumprimento; - Sensibilização dos parceiros quanto à responsabilidade financeira.	Baixa	Média	Baixo		
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Existência de diferentes protocolos com as mesmas entidades, o que pode originar duplicação de obrigações contratuais e duplo financiamento	Gestão	- Realização de Auditorias Internas;	Baixa	Alta	Médio	- Centralização dos protocolos com vista ao seu controlo, monitorização e uniformização das regras protocoladas.	Administração

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Deficiente verificação dos comprovativos de despesa e dos prazos estabelecidos para a sua apresentação	Gestão	- Conferência das faturas emitidas; - Definição de procedimentos internos de controlo de prazos de apresentação dos comprovativos; - Técnico Gestor verifica a entrega dos comprovativos nos prazos estabelecidos, solicitando-os no caso de incumprimento; - Sensibilização dos parceiros quanto à responsabilidade financeira; - Realização de auditorias internas.	Baixa	Média	Baixo		
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Não regularização de situações de incumprimento	Gestão	- Cumprimento dos procedimentos adequados a cada situação, como nova deliberação de reunião de Câmara para acerto de contas ou restituição de verbas.	Baixa	Média	Baixo	- Mapa de gestão de subsídios entregues com indicação dos valores atribuídos, datas de apresentação e gestor afeto.	Todas as UO que atribuem subsídios
Gestão de Candidaturas	Preparação e submissão de candidaturas	Incumprimento de requisitos e erros/falta de documentos instrutórios à submissão de candidaturas	Gestão	- O DMPEI verifica, através de uma check list todos os documentos instrutórios necessários à submissão das candidaturas.	Média	Média	Médio		
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Existência de conflitos de interesses que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Assegurar a subscrição do documento de inexistência de conflitos, quando aplicável; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Perda financeira para a autarquia devido ao incumprimento das taxas de execução física e financeira	Gestão	- Monitorização da execução física pelos serviços intervenientes, financeira e temporal da candidatura e caso aconteçam derrapagens são realizados ajustes à candidatura através de alterações ao projeto (prorrogação prazo, novas ações...); - Fundamentação para as incoerências detetadas entre o projeto submetido e a execução física efetiva; - Realização de auditorias por amostragem; - Ações decorrentes do papel afeto ao gestor de contrato e fiscal de obra.	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Perda financeira para a autarquia devido aos atrasos nos procedimentos administrativos referentes aos processos aquisitivos	Gestão	- Pedidos de prorrogação de prazos para a execução da candidatura devidamente fundamentados com as identificação detalhada das causas do atraso, que fundamentalmente são não imputáveis ao município; - Monitorização pelo DMPEI dos prazos de apresentação da execução da candidatura.	Baixa	Alta	Médio	- Revisão do processo aquisitivo pelo modelo Kaizen	Departamento Financeiro
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Atraso no recebimento das verbas financiadas devido ao atraso nos pedidos de desembolso das candidaturas aprovadas	Gestão	- Mensalmente, são solicitados os autos, faturas e comprovativos de pagamento aos serviços que gerem contratos financiados por fundos comunitários.	Média	Média	Médio		
Proteção de dados	Avaliação de Impacto sobre Proteção de Dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Avaliações de impacto de novas atividades não realizadas e/ou não comunicadas ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Formação contínua no Regime Geral de Proteção de Dados às Unidades Orgânicas; - Reanálise das avaliações de impacto efetuadas atendendo às alterações de contexto e procedimentos; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Registo das avaliações de impacto em plataforma; - Implementação de ações corretivas e envio de orientações; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos pelo incumprimento do exercício dos direitos dos titulares de dados (de incidentes de violação de dados)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação ao Gabinete de Proteção de Dados dos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados	Ética	- Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Elaboração de minutas de consentimento para tratamento da imagem; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos de incidentes de violação de dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Sensibilização dos serviços para cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados, nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta; - Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Recolha ilegítima de dados pessoais com ou sem a sua divulgação	Ética	- Encriptação dos dados; - Sensibilização para as medidas de segurança de dados; - Revisitação dos formulários disponibilizados ao município; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Disponibilização da minuta de declaração de consentimento para tratamento de dados pessoais e da minuta de consentimento para o tratamento da imagem; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados nos contratos públicos; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados no processo de recrutamento e nos contratos individuais de trabalho; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controles Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Violação do dever de sigilo/privacidade/ danos nos direitos e liberdades das pessoas - Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração, aprovação e divulgação interna e externa da Política de Privacidade;</li> <li>- Inclusão na revisão do Código de Conduta e Ética de normas relativas à restrição de acessos à informação, aos procedimentos respeitantes a dados pessoais sensíveis e às medidas de acesso e arquivamento dos processos individuais dos/as trabalhadores/as;</li> <li>- Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados;</li> <li>- Inclusão de cláusula de privacidade e confidencialidade em todos os contratos celebrados pela autarquia( verificação por auditoria do cumprimento desta regra); - Revisitação aos contratos em subcontratação com reforço de solicitação dos mesmos aos serviços;</li> <li>- Controlo de toda a informação que contém dados pessoais através de uma plataforma que regista o modo como a informação é recolhida e tratada pelos serviços;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: <ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de formação no RGPC;</li> <li>Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;</li> <li>Código de Ética e Conduta.</li> </ul> </li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		

Grau de Risco	Natureza do Risco			TOTAL
	Gestão	Corrupção e Infrações Conexas	Ética	
Muito Baixo				
Baixo	7			7
Médio	12	2	8	22
Elevado	2			2
Muito Elevado				0
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>31</b>

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Arquivo	Preservação da informação e documentação	Acesso indevido à informação	Ética	- Análise de permissões e restrição de acessos;	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Receita	Processo de emissão, liquidação e cobrança das receitas municipais	Desvio de receita recebida através dos bilhetes vendidos nos espetáculos do Teatro Constantino Nery para benefício próprio ou de terceiros	Corrupção e Infrações Conexas	- Verificação diária do apuramento da receita cobrada e confronto com o mapa de controlo de bilheteira; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Receita	Processo de emissão, liquidação e cobrança das receitas municipais	Incumprimento das regras da Norma de Controlo Interno - morosidade no envio da receita à guarda do posto de cobrança para a tesouraria	Gestão	- Formação dos colaboradores afetos aos postos de cobrança nos procedimentos instituídos na Norma de Controlo Interno; - Utilização de plataformas informáticas de registo e controlo da receita emitida e arrecadada; - Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que emite a receita e a Unidade Orgânica que liquida e recebe; - Realização de Auditorias Internas; - Reconciliações financeiras entre a receita arrecadada e os documentos de suporte.	Baixa	Alta	Médio		
Licenciamento	Instrução e tramitação do Processo de licenciamento	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios o que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Regulamentos Municipais que definem as regras de licenciamento; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Vício na formação da vontade - Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorrência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação; - Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental; - Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP; - Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano; - Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado; - Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no levantamento nas especificações técnicas adequadas	Gestão	- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo dos procedimentos aquisitivos	Gestão	- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (já decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa.	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes. - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa.	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri Intra departamento e não apenas Intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já previstos que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso." - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficácia do processo de gestão e monitorização dos contratos ( incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Ordem de Serviço que define as funções dos gestores de contrato	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos Departamento de Sistemas de Informação
Atribuição de Subsídios	Elaboração de propostas de atribuição de apoios	Existência de conflitos de interesses nos processos de escolha das entidades que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade e a não persecução do interesse público	Ética	- Entrega de declaração de inexistência de conflito de interesses, no âmbito da instrução dos processos de atribuição de subsídios; - Cumprimento das regras regulamentares de atribuição de subsídios; - Análise do histórico da entidade beneficiária; - Segregação de funções; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Incumprimento dos protocolos celebrados no âmbito de atribuição dos apoios - utilização de verbas para fins distintos para os foram atribuídos	Gestão	- Assinatura de Protocolo que compromete as partes e determina a restituição da verba caso não seja cumprido o seu objeto ou não seja gasto na totalidade; - Verificação de comprovativos de realização de despesa previamente ou após à transferência das verbas de acordo com o Protocolo; - Verificação dos Planos e dos Relatórios de Atividades; - Sensibilização das instituições quanto à responsabilidade financeira; - Articulação com os Serviços de Auditoria sempre que implique uma análise económico-financeira.	Baixa	Média	Baixo	- Inclusão de declaração da entrega efetiva dos subsídios em espécie pela instituição beneficiária; - Formação aos gestores de contrato e na área fiscal para melhorar o processo de conferência de faturas.	Todas as UO que atribuem subsídios
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Incumprimento dos protocolos celebrados no âmbito de atribuição dos apoios - apresentação de comprovativos não elegíveis ou não apresentação dos mesmos	Gestão	- Cláusulas de restituição das verbas previstas no protocolo; - Definição de procedimentos internos de controlo de prazos de apresentação dos comprovativos; - Técnico Gestor verifica a entrega dos comprovativos nos prazos estabelecidos, solicitando-os no caso de incumprimento; - Sensibilização dos parceiros quanto à responsabilidade financeira.	Baixa	Média	Baixo		
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Deficiente verificação dos comprovativos de despesa e dos prazos estabelecidos para a sua apresentação	Gestão	- Conferência das faturas emitidas; - Definição de procedimentos internos de controlo de prazos de apresentação dos comprovativos; - Técnico Gestor verifica a entrega dos comprovativos nos prazos estabelecidos, solicitando-os no caso de incumprimento; - Sensibilização dos parceiros quanto à responsabilidade financeira; - Realização de auditorias internas.	Baixa	Média	Baixo		
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Não regularização de situações de incumprimento	Gestão	- Cumprimento dos procedimentos adequados a cada situação, como nova deliberação de reunião de Câmara para acerto de contas ou restituição de verbas.	Baixa	Média	Baixo	- Mapa de gestão de subsídios entregues com indicação dos valores atribuídos, datas de apresentação e gestor afeto.	Todas as UO que atribuem subsídios
Gestão de Candidaturas	Preparação e submissão de candidaturas	Incumprimento de requisitos e erros/falta de documentos instrutórios à submissão de candidaturas	Gestão	- O DMPEI verifica, através de uma check list todos os documentos instrutórios necessários à submissão das candidaturas.	Média	Média	Médio		
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Existência de conflitos de interesses que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Assegurar a subscrição do documento de inexistência de conflitos, quando aplicável; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Perda financeira para a autarquia devido ao incumprimento das taxas de execução física e financeira, motivado pelo estrangulamento dos prazos previstos no atual quadro comunitário	Gestão	- Monitorização da execução física pelos serviços intervenientes, financeira e temporal da candidatura e caso aconteçam derrapagens são realizados ajustes à candidatura através de alterações ao projeto (prorrogação prazo, novas ações...); - Fundamentação para as incidências detetadas entre o projeto submetido e a execução física efetiva; - Realização de auditorias por amostragem; - Ações decorrentes do papel afeto ao gestor de contrato e fiscal de obra.	Média	Alta	Elevado		
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Perda financeira para a autarquia devido ao incumprimento das taxas de execução física e financeira	Gestão	- Monitorização da execução física pelos serviços intervenientes, financeira e temporal da candidatura e caso aconteçam derrapagens são realizados ajustes à candidatura através de alterações ao projeto (prorrogação prazo, novas ações...); - Fundamentação para as incidências detetadas entre o projeto submetido e a execução física efetiva; - Realização de auditorias por amostragem; - Ações decorrentes do papel afeto ao gestor de contrato e fiscal de obra.	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Perda financeira para a autarquia devido aos atrasos nos procedimentos administrativos referentes aos processos aquisitivos	Gestão	- Pedidos de prorrogação de prazos para a execução da candidatura devidamente fundamentados com a identificação detalhada das causas do atraso, que fundamentalmente são não imputáveis ao município; - Monitorização pelo DMPEI dos prazos de apresentação da execução da candidatura.	Baixa	Alta	Médio	- Revisão do processo aquisitivo pelo modelo Kaizen.	Departamento Financeiro
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Atraso no recebimento das verbas financiadas devido ao atraso nos pedidos de desembolso das candidaturas aprovadas	Gestão	- Mensalmente, são solicitados os autos, faturas e comprovativos de pagamento aos serviços que gerem contratos financiados por fundos comunitários.	Média	Média	Médio		

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Proteção de dados	Avaliação de Impacto sobre Proteção de Dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Avaliações de impacto de novas atividades não realizadas e/ou não comunicadas ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Formação contínua no Regime Geral de Proteção de Dados às Unidades Orgânicas; - Reanálise das avaliações de impacto efetuadas atendendo às alterações de contexto e procedimentos; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Registo das avaliações de impacto em plataforma; - Implementação de ações corretivas e envio de orientações; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos pelo incumprimento do exercício dos direitos dos titulares de dados (de incidentes de violação de dados)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação ao Gabinete de Proteção de Dados dos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados	Ética	- Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Elaboração de minutos de consentimento para tratamento da imagem; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Comunicação de incidentes de violação de dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Sensibilização dos serviços para cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados, nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta; - Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Recolha ilegítima de dados pessoais com ou sem a sua divulgação	Ética	- Encriptação dos dados; - Sensibilização para as medidas de segurança de dados; - Revisitação dos formulários disponibilizados ao município; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Disponibilização da minuta de declaração de consentimento para tratamento de dados pessoais e da minuta de consentimento para o tratamento da imagem; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados nos contratos públicos; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados no processo de recrutamento e nos contratos individuais de trabalho; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Violação do dever de sigilo/privacidade/ danos nos direitos e liberdades das pessoas - Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Elaboração, aprovação e divulgação interna e externa da Política de Privacidade; - Inclusão na revisão do Código de Conduta e Ética de normas relativas à restrição de acessos à informação, aos procedimentos respeitantes a dados pessoais sensíveis e às medidas de acesso e arquivamento dos processos individuais dos/as trabalhadores/as; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Inclusão de cláusula de privacidade e confidencialidade em todos os contratos celebrados pela autarquia/ verificação por auditoria do cumprimento desta regra); - Revisitação aos contratos em subcontratação com reforço de solicitação dos mesmos aos serviços; - Controlo de toda a informação que contém dados pessoais através de uma plataforma que regista o modo como a informação é recolhida e tratada pelos serviços; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		

Grau do Risco	Natureza do Risco			
	Gestão	Corrupção e Infrações Conexas	Ética	TOTAL
Muito Baixo				
Baixo	7		3	10
Médio	12	1	7	20
Elevado	1		1	2
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>32</b>

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Apoio Social e Psicológico	Serviço de Apoio psicológico e psicopedagógico/ terapia da fala e social	Inclusão/exclusão indevida de alunos relativamente às medidas de ação social escolar, não acautelando o interesse público	Ética	- Explicitação dos critérios que fundamentam a atribuição de apoios, com recurso a diplomas legais e regulamentos; - Respeção das decisões de exclusão de beneficiários a pedido dos interessados; - Verificação, por amostragem dos processos de atribuição de escalão; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Apoio Social e Psicológico	Gestão da Rede Escolar	Inclusão/exclusão indevida de alunos relativamente às medidas de ação social escolar	Ética	- Explicitação dos critérios que fundamentam a atribuição de apoios, com recurso a diplomas legais e regulamentos; - Respeção das decisões de exclusão de beneficiários a pedido dos interessados; - Verificação, por amostragem dos processos de atribuição de escalão.	Baixa	Média	Baixo		
Apoio Social e Psicológico	Serviço de Apoio psicológico e psicopedagógico/ terapia da fala e social	Alterações na prioridade do atendimento com base em fatores pessoais e/ou interpessoais, não acautelando o interesse público	Ética	- Análise dos casos efetuada apenas com sinalização prévia e dependente do preenchimento de formulário apropriado, que estabelece os critérios de apoio; - Realização de reuniões com o agente educativo que faz a sinalização para justificação da efetiva necessidade de apoio técnico; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Apoio Social e Psicológico	Serviço de Apoio psicológico e psicopedagógico/ terapia da fala e social	Influência da decisão proposta pelo técnico que avalia o processo não acautelando o interesse público	Ética	- Articulação da proposta técnica, de cada processo de análise dos alunos e/ou famílias, com um professor e/ou órgão superior, de forma imparcial, e definição da informação final em formulário apropriado; - Decisão assente nos critérios já estabelecidos; - Preenchimento de um registo da decisão após sinalização e divulgação do mesmo ao agente educativo que sinalizou a situação; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Arquivo	Arquivo e tratamento da informação	Acesso indevido à informação	Ética	- Análise de permissões e restrição de acessos; - Armários de uso exclusivo para esses processos, com sistema de segurança - chaves ou códigos; desmaterialização dos processos e controlo de acessos.	Média	Alta	Elevado	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Arquivo	Arquivo e tratamento da informação	Falha no cumprimento dos requisitos legais e regulamentares nos procedimentos de recolha e tratamento de dados pessoais dos municípios	Gestão	- Encriptação dos dados dos beneficiários, partilhados entre os parceiros e a Câmara; - Utilização de declaração de consentimento informado; - Acompanhamento do GPD de novas medidas de segurança de dados a implementar; - Sensibilização da parceria para as medidas de segurança de dados.	Baixa	Alta	Médio	- Encriptação dos dados dos beneficiários, partilhados entre os parceiros e a Câmara; - Utilização de declaração de consentimento informado; - Acompanhamento do Gabinete de Proteção de Dados das novas medidas de segurança de dados a implementar; - Sensibilização da parceria para as medidas de segurança de dados.	Departamento de Intervenção Social/ Encarregado de Proteção de Dados
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Vício na formação da vontade - Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorrência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação; - Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental; - Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP; - Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano; - Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado; - Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no levantamento nas especificações técnicas adequadas	Gestão	- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo dos procedimentos aquisitivos	Gestão	- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controles Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível e mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes. - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível e mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos. - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri intra departamento e não apenas intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervêm nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formatação do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já previlegem que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso." - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Todas as UO que intervêm nos processos aquisitivos
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficácia do processo de gestão e monitorização dos contratos (incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Ordem de Serviço que define as funções dos gestores de contrato	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos/Departamento de Sistemas de Informação
Atribuição de Subsídios	Elaboração de propostas de atribuição de apoios	Existência de conflitos de interesses nos processos de escolha das entidades que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade e a não persecução do interesse público	Ética	- Entrega de declaração de inexistência de conflito de interesses, no âmbito da instrução dos processos de atribuição de subsídios; - Cumprimento das regras regulamentares de atribuição de subsídios; - Análise do histórico da entidade beneficiária; - Segregação de funções; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Incumprimento dos protocolos celebrados no âmbito de atribuição dos apoios - utilização de verbas para fins distintos para os foram atribuídos	Gestão	- Assinatura de Protocolo que compromete as partes e determina a restituição da verba caso não seja cumprido o seu objeto ou não seja gasto na totalidade; - Verificação de comprovativos de realização de despesa previamente ou após à transferência das verbas de acordo com o Protocolo; - Verificação dos Planos e dos Relatórios de Atividades; - Sensibilização das instituições quanto à responsabilidade financeira; - Articulação com os Serviços de Auditoria sempre que implique uma análise económico-financeira.	Baixa	Média	Baixo	- Inclusão de declaração da entrega efetiva dos subsídios em espécie pela instituição beneficiária; - Formação aos gestores de contrato e na área fiscal para melhorar o processo de conferência de faturas.	Todas as UO que atribuem subsídios
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Incumprimento dos protocolos celebrados no âmbito de atribuição dos apoios - apresentação de comprovativos não elegíveis ou não apresentação dos mesmos	Gestão	- Cláusulas de restituição das verbas previstas no protocolo; - Definição de procedimentos internos de controlo de prazos de apresentação dos comprovativos; - Técnico Gestor verifica a entrega dos comprovativos nos prazos estabelecidos, solicitando-os no caso de incumprimento; - Sensibilização dos parceiros quanto à responsabilidade financeira.	Baixa	Média	Baixo		
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Deficiente verificação dos comprovativos de despesa e dos prazos estabelecidos para a sua apresentação	Gestão	- Conferência das faturas emitidas; - Definição de procedimentos internos de controlo de prazos de apresentação dos comprovativos; - Técnico Gestor verifica a entrega dos comprovativos nos prazos estabelecidos, solicitando-os no caso de incumprimento; - Sensibilização dos parceiros quanto à responsabilidade financeira; - Realização de auditorias internas.	Baixa	Média	Baixo		
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Não regularização de situações de incumprimento	Gestão	- Cumprimento dos procedimentos adequados a cada situação, como nova deliberação de reunião de Câmara para acerto de contas ou restituição de verbas.	Baixa	Média	Baixo	- Mapa de gestão de subsídios entregues com indicação dos valores atribuídos, datas de apresentação e gestor afeto.	Todas as UO que atribuem subsídios
Gestão de Candidaturas	Preparação e submissão de candidaturas	Incumprimento de requisitos e erros/falta de documentos instrutórios à submissão de candidaturas	Gestão	- O DMPEI verifica, através de uma check list todos os documentos instrutórios necessários à submissão das candidaturas.	Média	Média	Médio		
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Existência de conflitos de interesses que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Assegurar a subscrição do documento de inexistência de conflitos, quando aplicável; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Perda financeira para a autarquia devido ao incumprimento das taxas de execução física e financeira	Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitorização da execução física pelos serviços intervenientes, financeira e temporal da candidatura e caso aconteçam derrapagens são realizados ajustes à candidatura através de alterações ao projeto (prorrogação prazo, novas ações...);</li> <li>- Fundamentação para as inconcórdias detetadas entre o projeto submetido e a execução física efetiva;</li> <li>- Realização de auditorias por amostragem;</li> <li>- Ações decorrentes do papel afeto ao gestor de contrato e fiscal de obra.</li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Perda financeira para a autarquia devido aos atrasos nos procedimentos administrativos referentes aos processos aquisitivos	Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pedidos de prorrogação de prazos para a execução da candidatura devidamente fundamentados com as identificação detalhada das causas do atraso, que fundamentalmente são não imputáveis ao município;</li> <li>- Monitorização pelo DMPEI dos prazos de apresentação da execução da candidatura.</li> </ul>	Baixa	Alta	Médio	- Revisão do processo aquisitivo pelo modelo Kaizen.	Departamento Financeiro
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Atraso no recebimento das verbas financiadas devido ao atraso nos pedidos de desembolso das candidaturas aprovadas	Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mensalmente, são solicitados os autos, faturas e comprovativos de pagamento aos serviços que gerem contratos financiados por fundos comunitários.</li> </ul>	Média	Média	Médio		
Proteção de dados	Avaliação de Impacto sobre Proteção de Dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Avaliações de impacto de novas atividades não realizadas e/ou não comunicadas ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação contínua no Regime Geral de Proteção de Dados às Unidades Orgânicas;</li> <li>- Reanálise das avaliações de impacto efetuadas atendendo às alterações de contexto e procedimentos;</li> <li>- Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados;</li> <li>- Registo das avaliações de impacto em plataforma;</li> <li>- Implementação de ações corretivas e envio de orientações;</li> <li>- Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados.</li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos pelo incumprimento do exercício dos direitos dos titulares de dados (de incidentes de violação de dados)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação ao Gabinete de Proteção de Dados dos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados	Ética	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Elaboração de minutos de consentimento para tratamento da imagem;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: <ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de formação no RGPC;</li> <li>Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;</li> <li>Código de Ética e Conduta.</li> </ul> </li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Comunicação de incidentes de violação de dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensibilização dos serviços para cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados, nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: <ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de formação no RGPC;</li> <li>Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;</li> <li>Código de Ética e Conduta;</li> <li>Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes.</li> </ul> </li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		

		Natureza do Risco			
		Gestão	Corrupção e Infrações Conexas	Ética	TOTAL
Grau do Risco	Muito Baixo				
	Baixo	2			2
	Médio	5		4	9
	Elevado				
	Muito Elevado				
TOTAL		7		4	11

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Governação	Exercício de funções públicas	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios o que pode comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Assegurar a subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses, sempre que aplicável; - Registrar e atualizar a Declaração Única de Rendimentos, Património, Interesses, Incompatibilidades e Impedimentos na plataforma eletrónica da Entidade para a Transparência; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Governação	Exercício de funções públicas	Aceitação de ofertas indevidas	Ética	- Definição de processo de ofertas, no qual é exigido o registo das ofertas recebidas com valor estimado superior a 150€; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Governação	Exercício de funções públicas	Arbitrariedade na atribuição de apoios - inexistência ou inadequação de referenciais que regulem a atribuição de subsídios ou outros benefícios a entidades	Gestão	- Existência de regulamentos que suportam a tomada de decisão na atribuição de apoios	Baixa	Alta	Médio	- Revisão de todos os regulamentos na área de atribuição de apoios	Departamento Jurídico
Regime Geral de Prevenção de corrupção	Assegurar a implementação do Regime de Prevenção de Corrupção no âmbito da implementação, divulgação e gestão dos canais de denúncias	Desconhecimento de canais para reporte de denúncias no âmbito de atividades relacionadas com atos de corrupção e consequente desconhecimento desses mesmos atos	Gestão	- Implementação de canal de denúncias; - Elaboração do procedimento de tratamento de denúncias; - Implementação de comissão de análise e acompanhamento das denúncias; - Divulgação externa( site institucional) e interna de um guia prático dos procedimentos, conceitos relacionados com a submissão e tratamento de denúncias no âmbito da Lei 93/2021.	Média	Média	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção da Corrupção com a divulgação dos meios de comunicação de denúncias e seu âmbito; - Utilização de meios e métodos de comunicação mais eficazes, nomeadamente no manual de acolhimento dos novos colaboradores e na intranet.	Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Regime Geral de Prevenção de corrupção	Assegurar a implementação do Regime de Prevenção de Corrupção no âmbito da implementação, divulgação e gestão dos canais de denúncias	Incorreta tramitação das denúncias e possível conflito de interesses	Ética	- Formação na lei 93/2021 aos responsáveis pela gestão do canal de denúncias; - Existência de ferramenta que assegure os requisitos da lei 93/2021 - confidencialidade; anonimato; comunicação restrita e confidencial e possibilidade de declarar conflitos de interesses e assim solicitar escusa na condução e análise do processo; - Divulgação de um guia prático no site institucional da autarquia; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação contínua no âmbito da Lei 93/2021	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Regime Geral de Prevenção de corrupção	Assegurar a implementação do Regime de Prevenção de Corrupção no âmbito da implementação, divulgação e gestão do Plano de Prevenção de Riscos	Falha na identificação, monitorização e relato dos riscos de gestão e infrações conexas	Gestão	- Atribuição da coordenação do Processo de Gestão de Riscos de Gestão, de Corrupção e Infrações Conexas ao Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência; - Revisão do processo de gestão de riscos e divulgação da metodologia associada; - Reuniões de trabalho com todas as Unidades Orgânicas para apoio na identificação e gradação dos riscos; - Nomeação do gestor de Risco por U.O.; - Divulgação de um plano de comunicação interno com a referência das datas de envio dos relatórios de execução.	Baixa	Média	Baixo	- Realização de reuniões de identificação e avaliação dos riscos articuladas com as Unidades Orgânicas	Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Regime Geral de Prevenção de corrupção	Assegurar a implementação do Regime de Prevenção de Corrupção no âmbito da adequação e cumprimento da Norma de Controlo Interno	Incumprimento e ou inadequabilidade da Norma de Controlo Interno	Gestão	- Realização de auditorias e análises para verificação do cumprimento e ou adequabilidade da NCI.	Média	Média	Médio	- Revisão da Norma de Controlo Interno ; - Formação no Regime Geral de Prevenção da Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Regime Geral de Prevenção de corrupção	Assegurar a implementação do Regime de Prevenção de Corrupção no âmbito da Ética e Integridade	Incumprimento do Código de Ética e Conduta	Ética	- Divulgação do Código de Ética e Conduta através dos meios de comunicação oficiais da autarquia; - Realização de auditorias internas.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção da Corrupção; - Revisão do Código de Conduta e Ética.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Regime Geral de Prevenção de corrupção	Assegurar a implementação do Regime de Prevenção de Corrupção	Insuficiente comunicação e formação no âmbito do normativo DL 109-E-2021	Gestão	- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Média	Média	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção da Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controles Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Regime Geral de Prevenção de corrupção	Assegurar a implementação do Regime de Prevenção de Corrupção no âmbito da Transparência Municipal - Disponibilização da informação da transparência municipal no site oficial da CMM	Incumprimento das exigências legais no âmbito da Transparência Municipal	Gestão	- Atribuição ao Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão de Excelência da responsabilidade de identificar a informação a disponibilizar no sítio da transparência, verificar a sua atualização, acessibilidade e resolução das inconformidades; - Elaboração e divulgação do plano de comunicação.	Baixa	Média	Baixo	- Atualização e divulgação do plano de comunicação relativamente à informação a disponibilizar no sítio da Transparência Municipal.	Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Regime Geral de Prevenção de corrupção	Assegurar a implementação do Regime de Prevenção de Corrupção no âmbito da Transparência Municipal - Disponibilização da informação da transparência municipal no site oficial da CMM	Informação desatualizada no sítio dedicado à transparência municipal	Gestão	- Atribuição ao Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão de Excelência da responsabilidade de identificar a informação a disponibilizar no sítio da transparência, verificar a sua atualização, acessibilidade e resolução das inconformidades; - Elaboração e divulgação do plano de comunicação.	Média	Média	Médio	- Atualização e divulgação do plano de comunicação relativamente à informação a disponibilizar no sítio da Transparência Municipal.	Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência

Grau do Risco	Natureza do Risco			
	Gestão	Corrupção e Infrações Conexas	Ética	TOTAL
Muito Baixo				
Baixo	4			4
Médio	8	2	5	15
Elevado	1			1
Muito Elevado				
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>20</b>

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Auditoria Interna	Realização de Auditorias Internas/Análises	Conflitos de Interesses que podem comprometer a imparcialidade e transparência nos processos de auditoria interna	Ética	- Regulamento Interno do Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão de Excelência; - Subscrição de declaração de existência de conflito de interesses nos processos de auditoria - pedido de escusa - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Auditoria Interna	Realização de Auditorias Internas/Análises	Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Regulamento Interno do Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão de Excelência; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Auditoria Interna	Planeamento das Auditorias	Falha na identificação das áreas de maior risco o que pode comprometer a elaboração de um plano de auditoria eficaz e adequado	Gestão	- O plano anual de auditoria é elaborado com base na informação recolhida através dos planos de riscos de cada Unidade Orgânica e dos resultados das auditorias internas e externas	Baixa	Média	Baixo		
Auditoria Interna	Realização de Auditorias Internas/Análises	Plano de Auditoria com limitação de âmbito devido à elevada especificidade das áreas auditáveis	Gestão	- Identificação e comunicação das necessidades de formação à Divisão de Desenvolvimento Organizacional; - Externalização de realização de auditorias com complexidade técnica mais elevada	Média	Média	Médio		
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Vício na formação da vontade - Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorrência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação; - Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental; - Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP; - Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano; - Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado; - Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no levantamento nas especificações técnicas adequadas	Gestão	- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo dos procedimentos aquisitivos	Gestão	- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação ; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes. - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.ª Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.ª A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos. - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri Intra departamento e não apenas Intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já prevêem que: "As futuras deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso." - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.ª Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.ª A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficácia do processo de gestão e monitorização dos contratos ( incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Ordem de Serviço que define as funções dos gestores de contrato	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos Departamento de Sistemas de Informação
Proteção de dados	Avaliação de Impacto sobre Proteção de Dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Avaliações de impacto de novas atividades não realizadas e/ou não comunicadas ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Formação continua no Regime Geral de Proteção de Dados às Unidades Orgânicas; - Reanálise das avaliações de impacto efetuadas atendendo às alterações de contexto e procedimentos; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Registo das avaliações de impacto em plataforma; - Implementação de ações corretivas e envio de orientações; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados.	Baixa	Alta	Médio		

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Proteção de dados	Tratamento dos riscos pelo incumprimento do exercício dos direitos dos titulares de dados (de incidentes de violação de dados)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação ao Gabinete de Proteção de Dados dos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados	Ética	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Elaboração de minutas de consentimento para tratamento da imagem;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC;</li> <li>- Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;</li> <li>- Código de Ética e Conduta.</li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Comunicação de incidentes de violação de dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensibilização dos serviços para cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados , nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais ;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC;</li> <li>- Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;</li> <li>- Código de Ética e Conduta;</li> <li>- Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes.</li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Recolha ilegítima de dados pessoais com ou sem a sua divulgação	Ética	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Encriptação dos dados;</li> <li>- Sensibilização para as medidas de segurança de dados;</li> <li>- Revisitação dos formulários disponibilizados ao munícipe;</li> <li>- Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Disponibilização da minuta de declaração de consentimento para tratamento de dados pessoais e da minuta de consentimento para o tratamento da imagem;</li> <li>- Inclusão de cláusulas de proteção de dados nos contratos públicos;</li> <li>- Inclusão de cláusulas de proteção de dados no processo de recrutamento e nos contratos individuais de trabalho;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC;</li> <li>- Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;</li> <li>- Código de Ética e Conduta.</li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Violação do dever de sigilo/privacidade/ danos nos direitos e liberdades das pessoas - Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração, aprovação e divulgação interna e externa da Política de Privacidade;</li> <li>- Inclusão na revisão do Código de Conduta e Ética de normas relativas à restrição de acessos à informação, aos procedimentos respeitantes a dados pessoais sensíveis e às medidas de acesso e arquivamento dos processos individuais dos/as trabalhadores/as;</li> <li>- Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados;</li> <li>- Inclusão de cláusulas de privacidade e confidencialidade em todos os contratos celebrados pela autarquia( verificação por auditoria do cumprimento desta regra); - Revisitação aos contratos em subcontratação com reforço de solicitação dos mesmos aos serviços;</li> <li>- Controlo de toda a informação que contém dados pessoais através de uma plataforma que regista o modo como a informação é recolhida e tratada pelos serviços;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC;</li> <li>- Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;</li> <li>- Código de Ética e Conduta.</li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		

Grau do Risco	Natureza do Risco			
	Gestão	Corrupção e Infrações Conexas	Ética	TOTAL
Muito Baixo				
Baixo	3			3
Médio	12	1	6	19
Elevado	3			3
Muito Elevado				
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>25</b>

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Informação Estratégica	Desenvolver o Sistema Municipal de Informação Geográfica, mantendo e atualizando permanentemente as bases de dados e disponibilizando essa informação para entidades e público em geral	Acesso indevido à informação	Ética	- Controlo de acessos definido; - Sensibilização e formação; - Divulgação de orientações referentes à limitação do uso de informação sensível que é disponibilizada pelo GIE internamente; - Implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Informação Estratégica	Desenvolver o Sistema Municipal de Informação Geográfica, mantendo e atualizando permanentemente as bases de dados e disponibilizando essa informação para entidades e público em geral	Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Controlo de acessos definido; - Sensibilização e formação; - Divulgação de orientações referentes à limitação do uso de informação sensível que é disponibilizada pelo GIE internamente; - Implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Vício na formação da vontade - Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorrência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação; - Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental; - Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP; - Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano; - Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado; - Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no levantamento nas especificações técnicas adequadas	Gestão	- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo dos procedimento aquisitivos	Gestão	- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos. - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri Intra departamento e não apenas Intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já prevêem que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso." - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficácia do processo de gestão e monitorização dos contratos ( incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Ordem de Serviço que define as funções dos gestores de contrato	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos Departamento de Sistemas de Informação
Gestão de Candidaturas	Preparação e submissão de candidaturas	Incumprimento de requisitos e erros/falta de documentos instrutórios à submissão de candidaturas	Gestão	- O DMPEI verifica, através de uma check list todos os documentos instrutórios necessários à submissão das candidaturas.	Média	Média	Médio		

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Gestão de Candidaturas	Preparação e submissão de candidaturas	Existência de conflitos de interesses nos processos decisórios o que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Assegurar a subscrição do documento de inexistência de conflitos, quando aplicável e quando o programa assim o exija; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção;	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Existência de conflitos de interesses que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Assegurar a subscrição do documento de inexistência de conflitos, quando aplicável; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Perda financeira para a autarquia devido ao incumprimento das taxas de execução física e financeira	Gestão	- Monitorização da execução física pelos serviços intervenientes, financeira e temporal da candidatura e caso aconteçam derrapagens são realizados ajustes à candidatura através de alterações ao projeto (prorrogação prazo, novas ações...); - Fundamentação para as incoerências detetadas entre o projeto submetido e a execução física efetiva; - Realização de auditorias por amostragem; - Ações decorrentes do papel afeto ao gestor de contrato e fiscal de obra.	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Perda financeira para a autarquia devido aos atrasos nos procedimentos administrativos referentes aos processos aquisitivos	Gestão	- Pedidos de prorrogação de prazos para a execução da candidatura devidamente fundamentados com a identificação detalhada das causas do atraso, que fundamentalmente são não imputáveis ao município; - Monitorização pelo DMPEI dos prazos de apresentação da execução da candidatura.	Baixa	Alta	Médio	- Revisão do processo aquisitivo pelo modelo Kaizen	Departamento Financeiro
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Atraso no recebimento das verbas financiadas devido ao atraso nos pedidos de desembolso das candidaturas aprovadas	Gestão	- Mensalmente, são solicitados os autos, faturas e comprovativos de pagamento aos serviços que gerem contratos financiados por fundos comunitários.	Média	Média	Médio		
Gestão de candidaturas	Elaboração e Gestão de Candidaturas	Duplo Financiamento das despesas por vários programas de financiamento	Gestão	- Monitorização dos projetos e das despesas elegíveis em cada programa comunitário.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Avaliação de impacto sobre Proteção de Dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Avaliações de impacto de novas atividades não realizadas e/ou não comunicadas ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Formação contínua no Regime Geral de Proteção de Dados às Unidades Orgânicas; - Reanálise das avaliações de impacto efetuadas atendendo às alterações de contexto e procedimentos; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Registo das avaliações de impacto em plataforma; - Implementação de ações corretivas e envio de orientações; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos pelo incumprimento do exercício dos direitos dos titulares de dados (de incidentes de violação de dados)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação ao Gabinete de Proteção de Dados dos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados	Ética	- Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Elaboração de minutos de consentimento para tratamento da imagem; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos de incidentes de violação de dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Sensibilização dos serviços para cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados, nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta; - Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Assegurar o correto cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados	Não reconhecimento da importância da proteção de dados na organização o que potencia o incumprimento dos princípios do Regime Geral de Proteção de Dados	Gestão	- Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados. - Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Utilização de uma plataforma para registo dos RAT (Registo de Atividades de Tratamento) que é feita em articulação com os pivot das U.O.	Alta	Média	Elevado	- Inclusão no manual de acolhimento dos documentos relevantes da Proteção de Dados; - Auscultação das UO sobre os conhecimentos sobre o Regime Geral de Proteção de Dados e procedimentos internos; - Elaboração de plano de comunicação interno.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Proteção de Dados
Proteção de dados	Assegurar o correto cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados	Falha na comunicação entre o Gabinete de Proteção de Dados e as UO o que potencia a não existência de informação relevante para o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados, nomeadamente para a atualização das Avaliações de Impacto (DPIAs) e Mapas de Tratamento (RAT)	Gestão	- Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Envio de e-mails às UO para atualização da informação; - Registo da informação na plataforma de gestão de proteção de dados.	Alta	Média	Elevado	- Adoção de novas metodologias de auscultação das UO para recolha da informação.	Gabinete de Proteção de Dados/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência

		Natureza do Risco		
		Corrupção Gestão e Infrações Conexas	Ética	TOTAL
Grau do Risco	Muito Baixo			0
	Baixo	3		3
	Médio	7	1	12
	Elevado	1		1
	Muito Elevado			0
TOTAL		11	1	16

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Vício na formação da vontade - Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorrência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento;</li> <li>- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação;</li> <li>- Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação;</li> <li>- Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental;</li> <li>- Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP;</li> <li>- Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano;</li> <li>- Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada;</li> <li>- Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.</li> </ul>	Baixa	Alta	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado;</li> <li>- Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.</li> </ul>	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no levantamento nas especificações técnicas adequadas	Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação;</li> <li>- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.</li> </ul>	Média	Média	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos</li> </ul>	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo dos procedimentos aquisitivos	Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação ;</li> <li>- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.</li> </ul>	Média	Média	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.</li> </ul>	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento;</li> <li>- Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão;</li> <li>- Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;</li> </ul>	Baixa	Alta	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.</li> </ul>	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes;</li> <li>- Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes;</li> <li>- Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a:                             <ol style="list-style-type: none"> <li>a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente;</li> <li>b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor;</li> <li>c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa</li> </ol> </li> </ul>	Média	Média	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação para os gestores de contrato;</li> <li>- Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.</li> </ul>	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível e mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos. - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri Intra departamento e não apenas Intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já prevêm que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso." - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficácia do processo de gestão e monitorização dos contratos (incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Ordem de Serviço que define as funções dos gestores de contrato	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos Departamento de Sistemas de Informação
Proteção de dados	Avaliação de Impacto sobre Proteção de Dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Avaliações de impacto de novas atividades não realizadas e/ou não comunicadas ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Formação contínua no Regime Geral de Proteção de Dados às Unidades Orgânicas; - Reanálise das avaliações de impacto efetuadas atendendo às alterações de contexto e procedimentos; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Registo das avaliações de impacto em plataforma; - Implementação de ações corretivas e envio de orientações; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos pelo incumprimento do exercício dos direitos dos titulares de dados (de incidentes de violação de dados)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação ao Gabinete de Proteção de Dados dos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados	Ética	- Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Elaboração de minutas de consentimento para tratamento da imagem; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Comunicação de incidentes de violação de dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Sensibilização dos serviços para cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados , nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais ; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta; - Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Recolha ilegítima de dados pessoais com ou sem a sua divulgação	Ética	- Encriptação dos dados; - Sensibilização para as medidas de segurança de dados; - Revisitação dos formulários disponibilizados ao munícipe; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Disponibilização da minuta de declaração de consentimento para tratamento de dados pessoais e da minuta de consentimento para o tratamento da imagem; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados nos contratos públicos; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados no processo de recrutamento e nos contratos individuais de trabalho; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes /subcontratantes/trabalhadores(as)	Violação do dever de sigilo/privacidade/ danos nos direitos e liberdades das pessoas - Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Infrações Conexas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração, aprovação e divulgação interna e externa da Política de Privacidade;</li> <li>- Inclusão na revisão do Código de Conduta e Ética de normas relativas à restrição de acessos à informação, aos procedimentos respeitantes a dados pessoais sensíveis e às medidas de acesso e arquivamento dos processos individuais dos/as trabalhadores/as;</li> <li>- Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais;</li> <li>- Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados;</li> <li>- Inclusão de cláusula de privacidade e confidencialidade em todos os contratos celebrados pela autarquia( verificação por auditoria do cumprimento desta regra); - Revisitação aos contratos em subcontratação com reforço de solicitação dos mesmos aos serviços;</li> <li>- Controlo de toda a informação que contém dados pessoais através de uma plataforma que regista o modo como a informação é recolhida e tratada pelos serviços;</li> <li>- Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: <ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de formação no RGPC;</li> <li>Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação;</li> <li>Código de Ética e Conduta.</li> </ul> </li> </ul>	Baixa	Alta	Médio		

Grau do Risco	Natureza do Risco			
	Gestão	Corrupção e Infrações Conexas	Ética	TOTAL
Muito Baixo				
Baixo	7			7
Médio	13	2	6	21
Elevado	3			3
<b>Muito Elevado</b>				
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>31</b>

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Gestão de Receita	Processo de emissão, liquidação e cobrança das receitas municipais	Desvio de receita recebida no posto de cobrança do Gabinete Médico Veterinário	Corrupção e Infrações Conexas	- Verificação diária do apuramento da receita cobrada; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Receita	Processo de emissão, liquidação e cobrança receitas municipais no âmbito da atividade do CROAM	Cálculo incorreto do valor a cobrar	Gestão	- Informação sobre os procedimentos dos postos de cobrança pela Divisão de Gestão Financeira.	Média	Alta	Elevado	- Formação aos colaboradores afetos ao posto de cobrança.	Departamento Financeiro/Gabinete Médico Veterinário
Gestão de Receita	Processo de emissão, liquidação e cobrança receitas municipais no âmbito da atividade do CROAM	Enquadramento incorreto da taxa a aplicar	Gestão	- Informação sobre os procedimentos dos postos de cobrança pela Divisão de Gestão Financeira.	Média	Alta	Elevado	- Formação aos colaboradores afetos ao posto de cobrança.	Departamento Financeiro/Gabinete Médico Veterinário
Gestão de Receita	Processo de emissão, liquidação e cobrança receitas municipais no âmbito da atividade do CROAM	Falhas na entrega da receita liquidada e arrecadada nos postos de cobrança da autarquia - incumprimento dos procedimentos internos.	Gestão	- Formação dos colaboradores afetos aos postos de cobrança nos procedimentos instituídos na Norma de Controlo Interno; - Utilização de plataformas informáticas de registo e controlo da receita emitida e arrecadada; - Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que emite a receita e a Unidade Orgânica que liquida e recebe; - Realização de Auditorias Internas; - Reconciliações financeiras entre a receita arrecadada e os documentos de suporte.	Baixa	Alta	Médio	- Formação aos colaboradores afetos ao posto de cobrança.	Departamento Financeiro/Gabinete Médico Veterinário
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Vício na formação da vontade - Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorrência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação; - Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental; - Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP; - Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano; - Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado; - Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no levantamento nas especificações técnicas adequadas	Gestão	- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo do procedimento aquisitivos	Gestão	- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos;	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes. - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos;	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos. - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri Intra departamento e não apenas Intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já prevêem que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso." - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.º Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.º A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficácia do processo de gestão e monitorização dos contratos ( incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Ordem de Serviço que define as funções dos gestores de contrato	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos Departamento de Sistemas de Informação

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Atribuição de Subsídios	Elaboração de propostas de atribuição de apoios	Existência de conflitos de interesses nos processos de escolha das entidades que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade e a não persecução do interesse público	Ética	- Entrega de declaração de inexistência de conflito de interesses, no âmbito da instrução dos processos de atribuição de subsídios; - Cumprimento das regras regulamentares de atribuição de subsídios; - Análise do histórico da entidade beneficiária; - Segregação de funções; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Incumprimento dos protocolos celebrados no âmbito de atribuição dos apoios - utilização de verbas para fins distintos para os foram atribuídos	Gestão	- Assinatura de Protocolo que compromete as partes e determina a restituição da verba caso não seja cumprido o seu objeto ou não seja gasto na totalidade; - Verificação de comprovativos de realização de despesa previamente ou após à transferência das verbas de acordo com o Protocolo; - Verificação dos Planos e dos Relatórios de Atividades; - Sensibilização das instituições quanto à responsabilidade financeira; - Articulação com os Serviços de Auditoria sempre que implique uma análise económico-financeira.	Baixa	Média	Baixo	- Inclusão de declaração da entrega efetiva dos subsídios em espécie pela instituição beneficiária; - Formação aos gestores de contrato e na área fiscal para melhorar o processo de conferência de faturas.	Todas as UO que atribuem subsídios
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Incumprimento dos protocolos celebrados no âmbito de atribuição dos apoios - apresentação de comprovativos não elegíveis ou não apresentação dos mesmos	Gestão	- Cláusulas de restituição das verbas previstas no protocolo; - Definição de procedimentos internos de controlo de prazos de apresentação dos comprovativos; - Técnico Gestor verifica a entrega dos comprovativos nos prazos estabelecidos, solicitando-os no caso de incumprimento; - Sensibilização dos parceiros quanto à responsabilidade financeira.	Baixa	Média	Baixo		
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Existência de diferentes protocolos com as mesmas entidades, o que pode originar duplicação de obrigações contratuais e duplo financiamento	Gestão	- Realização de Auditorias Internas;	Baixa	Alta	Médio	- Centralização dos protocolos com vista ao seu controlo, monitorização e uniformização das regras protocoladas.	Administração
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Deficiente verificação dos comprovativos de despesa e dos prazos estabelecidos para a sua apresentação	Gestão	- Conferência das faturas emitidas; - Definição de procedimentos internos de controlo de prazos de apresentação dos comprovativos; - Técnico Gestor verifica a entrega dos comprovativos nos prazos estabelecidos, solicitando-os no caso de incumprimento; - Sensibilização dos parceiros quanto à responsabilidade financeira; - Realização de auditorias internas.	Baixa	Média	Baixo		
Atribuição de Subsídios	Gestão de Protocolos	Não regularização de situações de incumprimento	Gestão	- Cumprimento dos procedimentos adequados a cada situação, como nova deliberação de reunião de Câmara para acerto de contas ou restituição de verbas.	Baixa	Média	Baixo	- Mapa de gestão de subsídios entregues com indicação dos valores atribuídos, datas de apresentação e gestor afeto.	Todas as UO que atribuem subsídios
Gestão de Candidaturas	Preparação e submissão de candidaturas	Incumprimento de requisitos e erros/falta de documentos instrutórios à submissão de candidaturas	Gestão	- O DMPEI verifica, através de uma check list todos os documentos instrutórios necessários à submissão das candidaturas.	Média	Média	Médio		
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Existência de conflitos de interesses que podem comprometer a transparência e imparcialidade na análise e decisão e potenciar a discricionariedade	Ética	- Assegurar a subscrição do documento de inexistência de conflitos, quando aplicável; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Gestão de Candidaturas	Gestão física e financeira das candidaturas	Perda financeira para a autarquia devido ao incumprimento das taxas de execução física e financeira	Gestão	- Monitorização da execução física pelos serviços intervenientes, financeira e temporal da candidatura e caso aconteçam derrapagens são realizados ajustes à candidatura através de alterações ao projeto (prorrogação prazo, novas ações...); - Fundamentação para as incoerências detetadas entre o projeto submetido e a execução física efetiva; - Realização de auditorias por amostragem; - Ações decorrentes do papel afeto ao gestor de contrato e fiscal de obra.	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Perda financeira para a autarquia devido aos atrasos nos procedimentos administrativos referentes aos processos aquisitivos	Gestão	- Pedidos de prorrogação de prazos para a execução da candidatura devidamente fundamentados com a identificação detalhada das causas do atraso, que fundamentalmente são não imputáveis ao município; - Monitorização pelo DMPEI dos prazos de apresentação da execução da candidatura.	Baixa	Alta	Médio	- Revisão do processo aquisitivo pelo modelo Kaizen	Departamento Financeiro
Gestão de candidaturas	Monitorização da Gestão Financeira e Física dos Fundos Comunitários	Atraso no recebimento das verbas financiadas devido ao atraso nos pedidos de desembolso das candidaturas aprovadas	Gestão	- Mensalmente, são solicitados os autos, faturas e comprovativos de pagamento aos serviços que gerem contratos financiados por fundos comunitários.	Média	Média	Médio		
Proteção de dados	Avaliação de Impacto sobre Proteção de Dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Avaliações de impacto de novas atividades não realizadas e/ou não comunicadas ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Formação contínua no Regime Geral de Proteção de Dados às Unidades Orgânicas; - Reanálise das avaliações de impacto efetuadas atendendo às alterações de contexto e procedimentos; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Registo das avaliações de impacto em plataforma; - Implementação de ações corretivas e envio de orientações; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos pelo incumprimento do exercício dos direitos dos titulares de dados (de incidentes de violação de dados)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação ao Gabinete de Proteção de Dados dos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados	Ética	- Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Elaboração de minutos de consentimento para tratamento da imagem; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Proteção de dados	Comunicação de incidentes de violação de dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Sensibilização dos serviços para cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados, nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta; - Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes/subcontratantes/trabalhadores(as)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Recolha ilegítima de dados pessoais com ou sem a sua divulgação	Ética	- Encriptação dos dados; - Sensibilização para as medidas de segurança de dados; - Revisitação dos formulários disponibilizados ao munícipe; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Disponibilização da minuta de declaração de consentimento para tratamento de dados pessoais e da minuta de consentimento para o tratamento da imagem; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados nos contratos públicos; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados no processo de recrutamento e nos contratos individuais de trabalho; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes/subcontratantes/trabalhadores(as)	Violação do dever de sigilo/privacidade/ danos nos direitos e liberdades das pessoas - Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Elaboração, aprovação e divulgação interna e externa da Política de Privacidade; - Inclusão na revisão do Código de Conduta e Ética de normas relativas à restrição de acessos à informação, aos procedimentos respeitantes a dados pessoais sensíveis e às medidas de acesso e arquivamento dos processos individuais dos/as trabalhadores/as; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Inclusão de cláusula de privacidade e confidencialidade em todos os contratos celebrados pela autarquia( verificação por auditoria do cumprimento desta regra); - Revisitação aos contratos em subcontratação com reforço de solicitação dos mesmos aos serviços; - Controlo de toda a informação que contém dados pessoais através de uma plataforma que regista o modo como a informação é recolhida e tratada pelos serviços; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		

Grau do Risco	Natureza do Risco			TOTAL
	Gestão	Corrupção e Infrações Conexas	Ética	
Muito Baixo				
Baixo	3			3
Médio	7	1	4	12
Elevado	3			3
Muito Elevado				
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>18</b>

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Proteção de dados	Avaliação de Impacto sobre Proteção de Dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Avaliações de impacto de novas atividades não realizadas e/ou não comunicadas ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Formação contínua no Regime Geral de Proteção de Dados às Unidades Orgânicas; - Reanálise das avaliações de impacto efetuadas atendendo às alterações de contexto e procedimentos; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Registo das avaliações de impacto em plataforma; - Implementação de ações corretivas e envio de orientações; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Tratamento dos riscos pelo incumprimento do exercício dos direitos dos titulares de dados (de incidentes de violação de dados)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação ao Gabinete de Proteção de Dados dos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados	Ética	- Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Elaboração de minutos de consentimento para tratamento da imagem; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Comunicação de incidentes de violação de dados	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados e do Código de Conduta e Ética pela não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão	- Sensibilização dos serviços para cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados, nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta; - Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes/subcontratantes/trabalhadores(as)	Incumprimento do disposto no Regime Geral de Proteção de Dados - Recolha ilegítima de dados pessoais com ou sem a sua divulgação	Ética	- Encriptação dos dados; - Sensibilização para as medidas de segurança de dados; - Revisitação dos formulários disponibilizados ao município; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Disponibilização da minuta de declaração de consentimento para tratamento de dados pessoais e da minuta de consentimento para o tratamento da imagem; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados nos contratos públicos; - Inclusão de cláusulas de proteção de dados no processo de recrutamento e nos contratos individuais de trabalho; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Recolha e tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes/subcontratantes/trabalhadores(as)	Violação do dever de sigilo/privacidade/ danos nos direitos e liberdades das pessoas - Violação do dever de sigilo/Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Corrupção e Infrações Conexas	- Elaboração, aprovação e divulgação interna e externa da Política de Privacidade; - Inclusão na revisão do Código de Conduta e Ética de normas relativas à restrição de acessos à informação, aos procedimentos respeitantes a dados pessoais sensíveis e às medidas de acesso e arquivamento dos processos individuais dos/as trabalhadores/as; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Inclusão de cláusula de privacidade e confidencialidade em todos os contratos celebrados pela autarquia/verificação por auditoria do cumprimento desta regra); - Revisitação aos contratos em subcontratação com reforço de solicitação dos mesmos aos serviços; - Controlo de toda a informação que contém dados pessoais através de uma plataforma que regista o modo como a informação é recolhida e tratada pelos serviços; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio		
Proteção de dados	Assegurar o correto cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados	Não reconhecimento da importância da proteção de dados na organização o que potencia o incumprimento dos princípios do Regime Geral de Proteção de Dados	Gestão	- Aprovação e Divulgação da Política de Gestão de Incidentes; - Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Identificação de um pivot por Unidade Orgânica que é responsável por articular com o Gabinete de Proteção de Dados o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados. - Sensibilização das Unidades Orgânicas para o cumprimento das regras previstas no Regime Geral de Proteção de Dados e nos acordos de responsabilidade e no Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais; - Utilização de uma plataforma para registo dos RAT ( Registo de Atividades de Tratamento) que é feita em articulação com os pivot das U.O.	Alta	Média	Elevado	- Inclusão no manual de acolhimento dos documentos relevantes da Proteção de Dados; - Auscultação das UO sobre os conhecimentos sobre o Regime Geral de Proteção de Dados e procedimentos internos; - Elaboração de plano de comunicação interno.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Proteção de Dados
Proteção de dados	Assegurar o correto cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados	Falha na comunicação entre o Gabinete de Proteção de Dados e as UO o que potencia a não existência de informação relevante para o cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados, nomeadamente para a atualização das Avaliações de Impacto (DPIAS) e Mapas de Tratamento (RAT)	Gestão	- Ordem de serviço nº 5/2020 na qual é referida a obrigação de comunicação à DPO da existência de novas bases de dados; - Envio de e-mails às UO para atualização da informação; - Registo da informação na plataforma de gestão de proteção de dados.	Alta	Média	Elevado	- Adoção de novas metodologias de auscultação das UO para recolha da informação.	Gabinete de Proteção de Dados/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência

Processo	Atividades	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento de risco	Responsável
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Vício na formação da vontade - Favorecimento dos mesmos fornecedores através da recorrência a procedimentos tramitados por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	Ética	- Segregação de funções entre a Unidade Orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a Unidade Orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Recurso a acordos-quadro como prática implementada para objetos recorrentes relacionados com a Conservação; - Evidências de consultas ao mercado a mais do que uma entidade no processo desmaterializado em gestão documental; - Fundamentação da escolha da entidade pretendida a convidar em cumprimento com as regras do CCP; - Adoção do processo de avaliação de fornecedores que restringe a possibilidade de convidar entidades com avaliações negativas pelo prazo de 1 ano; - Divulgação do ficheiro de avaliação de fornecedores em pasta partilhada; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Alta	Médio	- Recurso, sempre que possível, à prática de consulta preliminar ao mercado; - Robustecer a fundamentação da escolha da entidade em cumprimento com as regras do CCP.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no levantamento nas especificações técnicas adequadas	Gestão	- Articulação entre as Unidades Orgânicas que promovem os processos aquisitivos e a Unidade Orgânica que tramita o procedimento de modo a adequar a informação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Reforço das ações de formação e sensibilização às Unidades Orgânicas que promovem processos aquisitivos	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Falha no planeamento - pedidos de carácter urgente que comprometem o cumprimento legal e normativo dos procedimentos aquisitivos	Gestão	- Implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a potenciar o planeamento antecipado das necessidades e a sua agregação; - Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes.	Média	Média	Médio	- Consolidação da implementação do Plano Anual de Aquisições de modo a que seja um instrumento de planeamento e gestão.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e tomada de decisão	Ética	- Segregação de funções entre a unidade orgânica que promove a aquisição de bens, serviços e empreitadas e a unidade orgânica que escolhe e tramita o procedimento; - Subscrição da declaração de inexistência de conflitos de interesses pelo gestor de contrato, júri do procedimento e pelos intervenientes que influenciam a tomada de decisão; - Disponibilização de um guia prático explicativo na pasta partilhada; - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta;	Baixa	Alta	Médio	- Formação no Regime Geral de Prevenção de Corrupção.	Departamento de Recursos Humanos/Gabinete de Auditoria, Controlo de Gestão e Excelência
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes; - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela inadequada definição das peças dos procedimentos (condições técnicas, critérios de avaliação das propostas dos fornecedores, condições de pagamento e início do procedimento)	Gestão	- Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes. - Apoio dos compradores públicos às Unidades Orgânicas requisitantes; - Revisitação de todos os formulários de instrução dos procedimentos aquisitivos e respetivas instruções de trabalho de modo a: a) reforçar a necessidade de robustecer a fundamentação, nomeadamente deixando claro o nexo de causalidade entre a necessidade (objeto e quantidade) e a causa, a imprevisibilidade, a inexistência de condições temporais para realizar outros procedimentos, bem assim como a necessidade de intervenção de forma urgente; b) instruir o procedimento com a evidência de consulta informal ao mercado que fundamente o preço base, sempre que possível a mais do que um fornecedor; c) elencar de forma clara os requisitos legais e os deveres de fundamentação para a tramitação de procedimentos por critérios materiais, face a urgência imperiosa	Média	Média	Médio	- Formação para os gestores de contrato; - Formação aos intervenientes dos processos aquisitivos.	Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Contratação Pública
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis - Vício na formação da vontade na avaliação de propostas, podendo originar favorecimento de determinados fornecedores	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.ª Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.ª A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos. - Cumprimento do Regime Geral de Prevenção de Corrupção que inclui: Plano de formação no RGPC; Existência de Canal de Denúncias para reporte de irregularidades e atos de corrupção e infrações conexas e sua divulgação; Código de Ética e Conduta.	Baixa	Média	Baixo	- Maior rotatividade dos membros do júri Intra departamento e não apenas Intra divisão, sempre que possível.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Contratação Pública	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão	- Ordem de Serviço que determina a cessação imediata da comissão de serviço do dirigente; - Inclusão da regra nos cadernos de encargos já prevêem que: "As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Matosinhos, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o número de compromisso." - Inclusão do nº de compromisso nas notificações de adjudicação; - Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI).	Baixa	Alta	Médio		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão	- Circular DF n.º 02/2022 - Segregação de funções e promoção da Rotatividade na Contratação Pública: 1.ª Promoção da rotatividade dos elementos que compõem o júri dos procedimentos; 2.ª A participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos (gestor do contrato) deverão ser cometidos a trabalhadores distintos.	Baixa	Média	Baixo		
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Modificações objetivas ao contrato indevidamente aprovadas e que aumentam o seu custo e/ou modificam o seu âmbito, colocando em causa o princípio da concorrência	Gestão		Alta	Média	Elevado	- Envio de todas as modificações aos contratos à Divisão de Contratação Pública de forma a possibilitar o enquadramento no âmbito do CCP e a construção de cadastro de fornecedores.	Todas as UO que intervenham nos processos aquisitivos
Gestão de Contratos	Execução do contrato	Incumprimento do serviço contratualizado por ineficácia do processo de gestão e monitorização dos contratos ( incumprimento de prazos e perda de oportunidade de ação)	Gestão	- Ordem de Serviço que define as funções dos gestores de contrato	Baixa	Média	Baixo	- Formação para os gestores de contrato; - Alargamento da utilização da ferramenta de gestão de contratos.	Departamento de Recursos Humanos Departamento de Sistemas de Informação